



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

VALTER CORREIA DA SILVA

**REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO EM REPORTAGENS SOBRE A
REFORMA TRABALHISTA**

JOÃO PESSOA – PB

2017

VALTER CORREIA DA SILVA

**REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO EM REPORTAGENS SOBRE A
REFORMA TRABALHISTA**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Letras da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção de grau
de Licenciado em Letras, habilitação em
Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo
Vieira da Silva

JOÃO PESSOA – PB

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Silva, Valter Correia da.

Referenciação e argumentação em reportagens sobre a reforma trabalhista. / Valter Correia da Silva.- João Pessoa, 2017.

60f.

Monografia (Graduação em Letras - Língua portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Prof.º Dr.º Francisco Eduardo Vieira e Silva

1. Referenciação. 2. Argumentação. 3. Reportagem. 4. Reforma Trabalhista. I. Título.

BSE-CCHLA

CDU 070:801

VALTER CORREIA DA SILVA

**REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO EM REPORTAGENS SOBRE A
REFORMA TRABALHISTA**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Data da aprovação: ____/11/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira da Silva (DLCV – UFPB)
(Orientador)

Profa. Dra. Edjane Gomes de Assis (DLCV – UFPB)
(Examinador)

Profa. Dra. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (DLCV – UFPB)
(Examinador)

Prof. Ms. Leonardo Gueiros da Silva (IF Sertão-PE)
(Examinador Suplente)

Àqueles que compõem a minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente... Às mulheres da minha vida, que me acolheram nas suas e fizeram e fazem quem sou hoje.

A começar pelo âmbito familiar, costumo dizer sobre minha sorte em ter três mães, e elas se chamam Hilda Maria da Silva, Maria Augusta Tavares da Rocha e Maria da Conceição Tavares da Rocha. Elas se encontram hoje dispersas, mas próximas pelo princípio isotrópico do universo.

Às do âmbito acadêmico, que não faço ideia do que seria sem, mas de longe certamente algo de muito ingênuo em relação a tudo, Ingrid Nascimento, Laís Araújo e Raquel Sousa. A primeira mal sabe, mas a transparência cuja índole se faz às vistas ensina sobre todas as mulheres do mundo, e daí extraí muita coisa que ainda está longe do entendimento geral a elas devidamente dado. A segunda, simplesmente sumiu, mas deixou um carinho e certas lições sobre humanidade carimbadas no meu caráter. A última agradeço, em especial, por me acolher, entre outras formas, em seu coraçãoão muito do gigante. Gente, é sério, nunca vi tão gigante. Quem conhece vai entender que o adjetivo é pra poupar laudas de comentários.

Existem também as de importância igual às mencionadas no primeiro parágrafo, são as que compuseram a minha turma: Paula Rachel (de olhar sensível), Renata Moreira (brigona), Amanda Assis (a andarilha), Hiany Karoliny (danou-se mundo afora com a família linda), Ana Gabriella (essa nasceu professora), Ana Claudia (bagunceira), Elania (aquelas inteligentes caladíssimas), Larissa (das minha banda), Jana Ferreiras (curte uns rock da hora também), Lidianne (esbanja simpatia), Lane Matos (nos abandonou cedo :/), Nadja (também), Jullyane Ferreira (não era da turma, mas do busão em que eu viajava por horas todo santo dia sedento pelas letras).

Às professoras, todas lindas, Maria Bernardete (sabe exatamente o que fazer com a arte), Luciana Calado (admiro de graça), Daniela Segabinazi (educa ao pé do verbo), Ana Cláudia (me amadureceu até o osso), Beliza Áurea (minha mentora por meses), Raquel Basílio (a minha esfinge universitária), Regina Celi (que transcendeu o que quer dizer professor, ou pelo menos está muito além disso, que já é tudo), e outras tantas no decorrer da estrada acadêmica.

Às professoras que compõem a banca deste trabalho que me permitiu conhecê-las, Edjane Assis e Marianne Cavalcante.

À do âmbito amoroso, Nívea França, com a qual aprendi, mais que na universidade, sobre as belezas da vida. O amor é a melhor das lentes.

Segundamente, vem os caras. Meu pai, também de nome Valter Correia, ao qual não tenho expressão aplicável para descrevê-lo, mas que carrego todo o aporte herdado e apreendido, então conhecer-me é também conhecê-lo. Para facilitar a menção a outros inúmeros que significam muito para mim, existem palavras-chave: aliança e daidin. Os que compuseram a minha turma também não podem deixar de serem listados: Thiago Lia Fook (subversivo do jeito que o povo gosta), Sr. Carlos França (mentor 1), Rodolfo Dantas (esse vai longe, espie só), Ives Lamarck (papos e mais papos sobre tecnologia, algo que amo), Sérgio Mences (homem forte), Sr. Osvaldo (mentor 2), Alessandro Santos (rapaz singelo que também nos abandonou cedo), Wagner Martins (das lutas da vida).

Aos professores, infinitos, Marco Colonnelli (o gigante que faz trabalho de formiguinha com seus alunos), Roberto Rondon (educa a dor, a felicidade e outras infinidades), Amador Ribeiro Neto (O GRANDE!), Expedito Ferraz (o lúcido), Arturo Gouveia (maximus sapiens) e outros tantos no rio de pedras em que nadei.

Ao professor Leonardo Gueiros, membro suplente da banca e conterrâneo. Costumo dizer que adoro meu país Pernambuco.

Ao professor e super-man, Francisco Eduardo Vieira, orientador do trabalho que se segue e amigo da causa. Traça o caminho docente a admiráveis passos largos, porém incrivelmente calmos, que costumam seduzir os que compartilham o mesmo trajeto esburacado que é a educação em um país tão ingrato com os que trabalham intelectualmente para edificar um futuro possível e digno aos que virão.

*“Coisa nenhuma subsiste, mas tudo flui.
Fragmento ajusta-se a fragmento e as coisas
assim crescem
Até que as conhecemos e nomeamos.
Fundem-se, e já não são as coisas que
conhecêramos.”*

*(Tito Lucrécio Caro em De rerum natura “Da
natureza das coisas”, século I a.C)*

RESUMO

O presente trabalho analisa a (re)categorização de referentes através das expressões nominais definidas, utilizando-se de reportagens sobre a reforma trabalhista extraídas dos periódicos Carta Capital e VEJA, que possuíam, em suas edições semanais impressas e eletrônicas, antes, durante e depois da aprovação, expressivas abordagens sobre a proposta do governo Michel Temer, elaborada ano de 2016 e aprovada em 2017. Trata-se de um estudo que compara como as cadeias coesivas de determinados textos se configuram de maneiras diferentes de outras por conta da ideologia que os norteiam. Para tanto, partimos das noções de Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2008), Koch (2010) e outros que alegam que referir, algo muito comum nos gêneros de cunho jornalístico, é argumentar, pois se acredita que os objetos do discurso, progressivamente construídos, apontam para determinadas visões de mundo e constroem certos efeitos de sentido que contribuem para o direcionamento argumentativo do texto. Isso porque, segundo os autores supracitados, com frequência existe uma sutil imposição de um ponto de vista por parte da mídia no seu papel de divulgadora de informações, que em boa parte se deve a um exercício de textualização das ideias em gêneros específicos da área. Com a análise, de caráter qualitativo, em que elencamos e examinamos as expressões nominais definidas em reportagens de diferentes veículos jornalísticos, que tratavam de um mesmo tema (reforma trabalhista) em datas aproximadas, pudemos confirmar nossa hipótese de que as expressões nominais definidas são importantes evidenciadoras do direcionamento argumentativo textual, e que o mapeamento da maneira como estão dispostas nos textos de cunho jornalístico revela parcialidade na descrição dos fatos e assuntos do mundo, mesmo alguns veículos jornalísticos se esforçando para ocultá-la.

Palavras-chave: Referenciação; argumentação; reportagem; reforma trabalhista.

ABSTRACT

The present work analyzes the (re)categorization of referents through defined nominal expressions, by means of news reports from *Carta Capital* and *VEJA* magazines regarding the labor reform in Brazil. Those periodicals presented, in their printed and digital weekly editions, Michel Temer's government proposal, which was elaborated in 2016 and approved in 2017. The periodicals' approaches were before, during and after the approval of the reform. This research compares how the cohesive chains of certain texts differ from others, depending on their ideology. This study is based on Mondada and Dubois (2003), Marcuschi (2008), Koch (2010) and others, who claim that referring, which is something very common to journalistic genres, means the same as arguing. They believe that objects of the discourse, which are progressively constructed, share certain worldviews and effects of meaning that contribute to the argumentative orientation of the text. According to the above-mentioned authors, there is often a subtle imposition of a point of view by the media, which shares information when it textualizes ideas in specific text genres. In this qualitative analysis, we could list and investigate defined nominal expressions in news reports that are found in different journalistic sources. Those news reports deal with the same theme (labor reform) in two approximated dates. In this study, it was possible to confirm our hypothesis that defined nominal expressions are important to reveal the mechanisms of the argumentative orientation of texts. Moreover, the way they are presented in the journalistic texts can reveal partiality in the description of the facts and international affairs, even when some try to conceal it.

Palavras-chave: Reference; argumentation; news reports; labor reform.

LSTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

V1 – Reportagem *Um peso a menos* (VEJA, Edição 2528 – Meia greve contra meia reforma)

V2 – Reportagem *Uma luz na confusão* (VEJA, Edição 2539 – Culpado)

C1 – Reportagem *A reforma trabalhista nos leva ao fundo do poço* (Carta Capital, Edição 952 – O juiz refém)

C2 – Reportagem *Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos* (Carta Capital, Edição 961 – A casa-grande faz a festa)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAÇÃO.....	16
1.1. A referência e o referente.....	16
1.2. (Re)categorização referencial.....	18
1.3. Progressão referencial.....	20
1.4. Estratégias de referenciação textual: anáforas.....	22
1.5. Expressões nominais definidas.....	23
CAPÍTULO 2 – O GÊNERO DISCURSIVO REPORTAGEM.....	26
2.1. Os gêneros do discurso.....	26
2.2. O discurso jornalístico.....	27
2.3. A reportagem.....	29
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS.....	31
3.1. Procedimentos metodológicos.....	31
3.2. Análise das reportagens.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
ANEXOS.....	46

INTRODUÇÃO

É comumente difundida uma ideia positivista acerca do jornalismo como um exercício profissional que possui como principal característica a descrição da informação e que, em tese, promete, nessa descrição dos fatos do mundo, uma imparcialidade e objetividade que excluem as intencionalidades do redator e o comprometimento ideológico de seu veículo.

Entretanto, sabemos, por meio dos estudos de Mondada e Dubois (2003), Mondada (2001, 2005), Koch (2005) e outros tantos autores, que não há linguagem sem discurso. Todo texto construído por sujeitos sociais em situações de uso da língua manifesta um lugar, um tempo histórico e um viés ideológico que irá se confrontar com outros sujeitos. Esse processo de interação possibilita a transformação desses mesmos sujeitos, bem como de seu lugares, tempos históricos e posições ideológicas.

Sendo assim, os jornalistas, em seu exercício de “comentaristas da informação”, (re)constróem “objetos do discurso” – conceito de Mondada & Dubois (1995) – num processo de escolha lexical muitas vezes com propósito pré-determinado, que orienta uma composição argumentativa do texto com fins de formação de opinião e convencimento do leitor. Isso porque cada veículo de divulgação dos fatos jornalísticos, no exercício de sua função, irá fornecer um propósito comunicacional que transformará a informação, ou pelo menos a enviesará por um caminho ideológico previsível, percebido pela maneira como cada veículo, na elaboração dos gêneros específicos da área jornalística, textualiza os fatos do mundo em conformidade com sua ideologia.

Consolidada, então, no âmbito dos estudos da linguagem e, em particular, da Linguística Textual, a premissa de que não se é possível separar jornalismo de ideologia devido ao caráter argumentativo que os textos pertencentes a esse domínio impreterivelmente possuem, este trabalho tem como principal ponto de partida a seguinte pergunta: *na construção do texto jornalístico, a análise das estratégias de categorização e recategorização de referentes – que envolvem, por exemplo, a seleção de referentes e a construção de cadeias coesivas – pode evidenciar que não há neutralidade ideológica nessa esfera discursiva?*

Algumas teses e dissertações em Linguística Textual preocuparam-se com a relação entre a construção dos objetos do discurso e a argumentação em situações diversas que abrigam gêneros textuais diversos. Esses trabalhos tiveram resultados em comum, que sustentam a ideia de que os processos referenciais promovem orientações

argumentativas e construções de pontos de vista particulares, comprometidos discursiva e ideologicamente. Eis alguns dos trabalhos nessa linha: Cortez (2003, 2011), dissertação e tese, respectivamente, acerca do jogo de vozes no discurso e de sua relação com a persuasão nas revistas masculinas e femininas; Messias (2006), dissertação sobre referenciação e persuasão; Palumbo (2007), dissertação sobre referenciação e argumentação no contexto das mídias sociais.

Sob o respaldo desses estudos sobre referenciação, argumentação, ponto de vista etc., que consideram a estreita relação entre construção de referentes e argumentação, tomamos como pressuposto, para a nossa pesquisa, a ideia de que *referir, algo muito comum nos gêneros de cunho jornalístico, é argumentar, pois se acredita que os objetos do discurso, progressivamente construídos nos textos, apontam para determinadas visões de mundo e constroem certos efeitos de sentido que contribuem para o direcionamento argumentativo do texto*. Isso porque, segundo, por exemplo, os autores acima citados, com frequência existe uma sutil imposição de um ponto de vista por parcela da mídia no seu papel de divulgadora de informações, que em boa parte se deve a um exercício de textualização das ideias em gêneros específicos da área. Nossa hipótese, então, é de que *as expressões nominais definidas são importantes evidenciadoras desse direcionamento argumentativo, e que o mapeamento da maneira como tais expressões estão dispostas nos textos de cunho jornalístico pode revelar parcialidade na descrição dos fatos e assuntos do mundo*.

Considerando tais pressupostos, temos como objetivo geral *analisar, em textos do domínio jornalístico, se e como determinadas formas referenciais (re)categorizadoras configuram uma atitude persuasiva na tessitura da informação, sobretudo em textos de cunho político*. Para isso, analisaremos matérias jornalísticas sobre a reforma trabalhista extraídas dos periódicos Carta Capital e VEJA, que possuíam, em suas edições semanais impressas e eletrônicas, antes, durante e depois da aprovação, expressivas abordagens sobre a proposta do governo Michel Temer, elaborada ano de 2016 e aprovada em 2017, com o propósito de investigar como se comportam os processos de referenciação em diferentes textos de veículos ideológicos distintos.

Em função desse objetivo geral, teremos os seguintes objetivos específicos:

- a. observar como se configuram os processos referenciais em diferentes reportagens jornalísticas acerca de um mesmo tema;

- b. examinar como se constituem as orientações argumentativas a partir das expressões nominais definidas no gênero em questão;
- c. verificar como dinamicamente a construção dos referentes enviesa a argumentação para o universo discursivo-ideológico preponderante de cada veículo jornalístico;
- d. analisar como se comportam, em termos de preferência por certas estratégias de referenciação, as cadeias coesivas na construção textual do gênero em questão.

Nos inserimos nesse contexto vasto de pesquisas acerca da referência com a justificativa de que se necessita de mais investigação sobre a questão da argumentação, que, a depender do gênero textual, se manifesta de maneira mais ou menos intensa, alcançando muitas vezes um caráter manipulativo. Algumas das pesquisas apresentadas anteriormente também se voltaram para a questão jornalística, e deixaram explícitos resultados que conferem muitos dos postulados de partida deste trabalho. Sendo assim, além de ratificarmos esses postulados a partir de uma análise particular de um *corpus* inédito, encaminhamos nosso trabalho para um viés mais restrito, em que reportagens serão o foco de investigação, por possuírem natureza mais extensa no corpo do texto e relatarem os fatos de maneira intensamente mais comprometida com uma abordagem ampla do tema discutido na matéria.

Partindo da ideia de que os gêneros textuais, segundo Marcuschi (2003), a depender da sua função e do seu contexto, influenciam os sujeitos que dele fazem uso e que a maneira como se organizam os interlocutores dita quem possuirá mais ou menos relação de poder no jogo comunicativo, avançamos por um tema específico da atualidade: a reforma trabalhista, uma medida provisória proposta no final de 2016, pelo governo do Presidente Michel Temer, que altera as leis do trabalho em âmbito nacional.

A motivação para a elaboração deste trabalho advém de uma inquietação com a maneira como se comportam os textos que tratam o tema em questão, pois pudemos perceber que cada veículo jornalístico, a depender de seu viés ideológico, (re)categoriza de diferentes maneiras os referentes que recorrem nas reportagens sobre o tema.

Decidimos enveredar por uma análise comparativa da construção da argumentação através da referenciação em reportagens de diferentes veículos de circulação da informação, para buscar expor como os sujeitos autores do gênero em questão constroem versões públicas do mundo, no exercício da elaboração textual culturalmente pertencente ao discurso jornalístico, que se diz propagador da informação, com isenção e neutralidade.

Para tanto, realizamos uma observação de natureza qualitativa, com cunho descritivo e interpretativo, à luz de algumas categorias de análises predeterminadas, entre as quais se destaca a *expressão nominal definida*. Foram elencadas 4 (quatro) reportagens retiradas de 2 (dois) portais virtuais de jornalismo, que oferecem versão *online* das edições para o público em geral: a VEJA e a Carta Capital. No caso da VEJA, exige-se que seja assinante do portal para ter acesso às reportagens, enquanto que a Carta Capital as disponibiliza gratuitamente em seu *site*. A escolha dos periódicos partiu do caráter dicotômico que comumente se atribui a eles, já que possuem expressiva exposição ideológica. Como as próprias sugerem, a VEJA se afirma como de direita, enquanto que a Carta Capital de esquerda. Todas as reportagens selecionadas possuem caráter informativo e consideram um tema específico previamente selecionado por nós, a reforma trabalhista.

O critério de seleção das reportagens seguiu uma proximidade entre as datas em que o tema foi mais recorrente no jornalismo, mais especificamente algumas semanas antes da aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, que ocorreu no dia 26 de abril de 2017, e alguns dias depois da aprovação no Senado Federal, no dia 11 de julho de 2017, sendo sancionado pelo Presidente da República Michel Temer em 13 de julho de 2017. Recolhemos, então, uma reportagem publicada por cada revista para cada um dos dois momentos, antes e depois da aprovação.

Para proceder com a abordagem do tema do trabalho e a análise do *corpus* de reportagens, estruturamos a monografia em 3 capítulos, sendo dois teóricos e um de análise, além desta Introdução e das Considerações Finais, que encerram o trabalho. No primeiro capítulo, há uma fundamentação teórica que discute os pressupostos da referência e referencição, conceitos principais de nossa análise. No segundo capítulo, pode-se observar uma breve explanação sobre gêneros textuais e, mais especificamente, sobre o gênero em questão, de caráter jornalístico: a reportagem. No terceiro capítulo, tem-se uma análise do funcionamento argumentativo sob o viés das categorias elencadas para análise. Encerram o trabalho as Considerações Finais, em que discutimos e sintetizamos os resultados obtidos.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAÇÃO

1.1. A referência e o referente

Os estudos sobre referenciação textual costumam dividir o fenômeno da referência em duas tendências em que diferentes considerações se fazem acerca do tratamento da realidade utilizando-se das palavras. Atualmente uma delas prevalece, justamente a que, embasada na tese de Blikstein (1985), trata a realidade como um produto de nossa percepção cultural. Isso seria dizer que

percebemos os objetos tal como previamente definidos por nossas práticas culturais: a realidade é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem. (KOCH, 2004, p. 51).

Todavia, nem sempre se observou a relação com a linguagem e o mundo dessa maneira. Por muito tempo se pensou a língua como um instrumento que relaciona seu conjunto de palavras com o mundo, sendo seu dever, *a priori*, representar algo deste mundo se utilizando dessas palavras, e isto seria dizer algo. A referência se daria então nessa relação entre a linguagem e uma realidade pré-existente, e significaria exatamente “alcançar o objeto no mundo quando se usa a expressão da língua para se referir a esse objeto específico” (CANÇADO, 2008, p. 76). Temos então uma ideia de referência como etiquetagem de um mundo pronto e acabado, recuperado, segundo Dubois (2003), por um poder referencial da linguagem que é fundado ou legitimado por uma inquestionável ligação direta entre as palavras e as coisas.

Com o tempo, pôde-se perceber que o problema dessa noção consiste em atribuir que o mundo e seus objetos existem independentemente de qualquer sujeito que faça referência a eles, e a forma como a referência a determinado objeto acontece deve estar nos moldes adequados para capturar cognitivamente um mundo objetivo e pronto, o que pode ser questionado com os avanços das pesquisas linguísticas mais recentes, que incluem reflexões sobre a natureza social, cognitiva e discursiva da língua. Nessa direção, Blikstein (2003) afirma que a realidade se transforma em referente por meio da percepção/cognição ou interpretação humana que se dá na prática social dos sujeitos. Sendo, assim, é nesse ato sociocognitivo que o referente se concebe.

Se convencionou, assim, a ideia de que o mundo e seus objetos são construídos subjetivamente pelos sujeitos. Os estudos se voltaram para o processo, ou seja, “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Passa-se a falar agora em referenciação, pois, “a referenciação não diz respeito a mais de uma relação de representação das coisas ou dos estados das coisas, mas de uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Nesse novo ponto de vista, a referência é um processo em que o sujeito constrói o mundo em interação discursiva com o outro em momentos diversos de utilização da linguagem. Os estudos da referenciação direcionam seu foco à discussão de como se dá a prática de referir-se ao mundo através da fala em atividades cognitivas e sociointerativas. O sujeito, então, segundo Mondada e Dubois (2003), é visto como algo que:

Constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente as categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

O foco no sujeito e na linguagem como interação desloca a noção de “referente” – antes tido como uma entidade autônoma de existência independente do sujeito e da linguagem – para “objeto do discurso”. Segundo Bakhtin (1977), toda enunciação contempla a natureza social do indivíduo e, conseqüentemente, todo um conhecimento de mundo particular da vida deste indivíduo, assim como as culturas e ideologias que permeiam sua sociedade e sua época estarão presentes no discurso que profere. O sujeito, então, molda o mundo por meio do seu discurso, à medida que constrói com o outro o sentido do enunciado e dos referentes evocados, segundo Cavalcante (2003), numa atividade partilhada, intersubjetiva:

Não se trata de construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes da interlocução. E não poderia ser diferente, já que a ação de referir é inerentemente social. (CAVALCANTE, 2003, p. 38).

1.2. (Re)categorização referencial

A construção dos referentes se dá, então, a partir de uma negociação entre os sujeitos, negociação esta que é um princípio do funcionamento da linguagem. Em toda interação que aconteça por meio de textos, as negociações dos sujeitos interlocutores se dão por meio de uma atividade sociocognitiva entre eles. Assim sendo, em suas práticas discursivas diárias, os sujeitos relacionam a língua e o mundo. A esse progresso que garante uma edificação do mundo, Dubois (2003) chama de categorização, porque são as categorias manifestadas no discurso as responsáveis por uma certa estabilização dele. Essa estabilidade cria efeitos de objetividade e de realidade, que não devem ser “consideradas como dados, mas como resultantes de processos simbólicos complexos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 21)

Na enunciação, para realizar seu discurso, o sujeito utiliza-se das categorias que tem à sua disposição, algo que Koch (2005) denomina de “material linguístico”:

O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à sua proposta de sentido. Isto é, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. É por essa razão que se defende que o processamento do discurso, visto que realizado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico. (KOCH, 2005, p. 34-35).

A cada nova referenciação, as categorias reaproveitadas nesse processamento estratégico que o sujeito realiza para descrever o mundo evoluem e se modificam, porque são passíveis de adequação referencial a depender do contexto e produção de sentido proposto. Portanto, as categorias não são nem evidentes nem dadas de uma vez por todas. Elas são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 28).

As mudanças ou instabilidades das categorias afetam o mundo no modo como o sujeito descreve os seus objetos, de forma que, a depender do mundo psíquico dos sujeitos, a formulação de um mundo externo no qual ele está inserido tenderá a variar. Para Dubois (2003), trata-se de um processo inerente à forma como o conhecimento humano se organiza, que a todo tempo formula conceitos motivado por fins adaptativos.

Os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24).

As categorias podem então variar, a depender de diversos fatores, como as diferentes perspectivas de leitura da enunciação, dos atores e suas intenções na construção do sentido e dos fatos e contextos pertencentes ou evocados para referir. A variabilidade na instabilidade das categorias não pode ser considerada um erro, porque isso traria noções de valor de verdade à forma como etiquetamos os objetos da nossa realidade. Em resumo, mesmo as categorias possuindo uma certa estabilidade de que os sujeitos se apropriam no processo de referenciação, elas podem evoluir ou se transformar sob diversas condições contextuais ou de pontos de vista. Portanto,

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29)

Todos os textos, então, carregam uma construção de referentes vaga, incontornavelmente, por naturalmente possuírem um processo complexo que operam, segundo Dubois (2003, p. 41), num “nível psicológico, discursivo, linguístico, advindas de competências sociais, de pontos de vista, de atividades situadas e de práticas intersubjetivas e não de propriedades incertas do mundo”. Essa vagueza vai gerar, por meio da linguagem, expressões indiciais que denunciarão uma versão pública do mundo, que pode ou não ser aceitável. Dubois (2003) conclui que:

A indicialidade da linguagem e do discurso quebra a ilusão de dar uma descrição única e estável do mundo e sublinha sua necessária dependência contextual. No lugar de ser atribuível a uma falta de eficácia do sistema linguístico e cognitivo, esta dimensão manifesta sua capacidade de tratar a variabilidade das situações através de uma categorização adaptativa. O fato de que as descrições do mundo são necessariamente incompletas e de que a categorização evolui de modo flexível torna sua produção indissociável do trabalho de interpretação pelo qual o interlocutor as completa e as ajusta ao contexto. Isto não significa que as descrições são caóticas ou desordenadas: os sujeitos possuem estruturas cognitivas, notadamente memoriais, que permitem dar uma estabilidade a seu mundo, assim como procedimentos sistemáticos para organizar a construção dos objetos do discurso. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 40)

1.3. Progressão referencial

Como anteriormente observado, é a partir do processo de referenciação que os objetos do discurso operam e se elaboram por meio de uma progressão referencial na dinâmica discursiva do texto. Marcuschi (2008, p. 141) define a progressão referencial como o processo de “introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar cadeia referencial”.

Segundo Cavalcante (2014), a progressão referencial é sempre construída, entre outras coisas, a partir das características dos interlocutores e de suas intenções, o que significa dizer que as escolhas realizadas na construção dos objetos discursivos comportam uma natureza subjetiva, que, por sua vez, está interligada com a forma com que o sujeito construtor do discurso interage socioculturalmente. Assim sendo, a forma como a referenciação procede na construção de notícias no meio midiático possui estreita relação entre discurso e poder. Para Koch (2005), o processamento dos objetos do discurso é considerado um procedimento estratégico, uma vez que cada sujeito atua em sociedade e ressignifica a ela e a si mesmo por meio do seu discurso. Justo por isso, o gênero jornalístico carrega um papel fundamental para o funcionamento das ideologias em sociedade, que é o de formação de opinião e convencimento das massas através da leitura. Portanto, a maneira como os textos no gênero jornalístico se organizam possui o poder de construir, por meio da referenciação, um discurso acerca da categorização que ele elenca, seja uma pessoa, uma entidade ou um fato.

[...] o emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou recategorização de referentes, implica sempre uma escolha entre multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha essa que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto. Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um background tido por comum) de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido [...] (KOCH, 2005, p. 35-36)

Sendo assim, para o processo de (re)categorização, os autores de notícias utilizam-se de variadas formas de (re)caracterizar o objeto de discurso segundo o seu propósito. O emprego se dá por meio de expressões e descrições nominais variadas, que podem vir na forma de adjetivos, sintagmas preposicionais ou orações adjetivas, e

estarão, segundo Cavalcante (2013), diretamente ligadas ao direcionamento argumentativo e expressivo pretendido pelo autor. Abreu (2015) também afirma que a utilização de estratégias de referenciação organiza o texto com extrema relevância, pois lhe dá progressão e organiza seus tópicos. Um exemplo disso é o caso da sumarização, que faz com que determinados *frames* (de referência), muito utilizados no jornalismo, por exemplo, sejam acionados para uma informação que se sucede, e remete, por exemplo, para um novo estágio da construção textual.

A autora aponta que, segundo Koch (2002), existem três diferentes estratégias de referenciação textual que constroem cadeias referenciais que permitem a (re)categorização discursiva dos referentes (e, portanto, a elaboração de sentidos), que se tornam objetos-do-discurso. Elas são:

- **Expressões nominais definidas:** formas linguísticas que apresentam uma configuração mínima de determinante (artigo definido ou demonstrativo) seguido de um nome. Esta configuração pode assumir maiores proporções, ao se considerar a possibilidade, dentro dessa estratégia, de se juntarem ao nome os denominados modificadores – adjetivos, sintagma preposicionado e orações adjetivas. Exemplo: “Na prática, *a nova legislação* abre brechas para que os empregados formais sejam demitidos e recontratados como falsos trabalhadores autônomos ou falsas pessoas jurídicas, eximindo os tomadores de serviço do pagamento de direitos como férias e 13º salário, além de afastar a ameaça de processos na Justiça do Trabalho. *Um golpe de mestre*, patrocinado pelas principais entidades empresariais do país” [Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos, *Carta Capital*, Edição 961]
- **Expressões nominais indefinidas:** Koch (2002: 88), embora admita que essa estratégia não apresenta uma ampla discussão na literatura especializada, reconhece que o processo de referenciação pode ocorrer com expressões indefinidas, com função anafórica. Há uma operação de duas vertentes no uso da estratégia da expressão indefinida: a referenciação *per se* e o aporte de informação nova, que “leva a uma reinterpretação daquilo que se segue”. Exemplo: “*Profunda*, a reforma altera mais de 100 pontos da legislação trabalhista, mas preserva direitos como férias, 13º salário, seguro-desemprego, salário mínimo, licença-maternidade e aviso prévio.” [Uma luz na confusão, *VEJA*, Edição 2539];

- **Uso de pronomes ou elipses:** além das formas nominais, o processo de referenciação pode ser realizado através do pronome, quer sejam pronomes propriamente ditos, quer sejam numerais, advérbios pronominais, entre outras formas. Neste caso, opera-se com processos cognitivos e discursivos, e os referentes são induzidos por uma gama de informações que vão se construindo textualmente. Exemplo: “Um dia após a aprovação da reforma trabalhista, com todos os destaques apresentados pela oposição rejeitados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, demonstrou não estar disposto a concessões. “Qualquer MP não será reconhecida pela Casa”, escreveu em *seu* perfil no Twitter.” [Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos, *Carta Capital*, Edição 961]

1.4. Estratégias de referenciação textual: anáforas

Segundo Vieira (2006), por muito tempo compreendeu-se a anáfora como um fenômeno de retomada através da introdução de um referente novo que aponta para um elemento já designado na superfície textual. Tratava-se, então, de uma relação de correferencialidade entre um elemento novo dentro do contexto que retoma outro já inserido. Essa “retomada” podia se dar por expressões nominais e pronominais que contribuíam para a progressão referencial no texto, ou seja, para o seu avanço.

Ainda segundo o autor, essa visão sobre a anáfora consistia num olhar redutor sobre o processo de remissão na superfície textual. Estudos mais recentes na Linguística textual, que compreendiam a natureza cognitiva da interpretação, avançaram sobre o fenômeno anafórico, dando mais possibilidades sobre sua exposição e ampliando o conjunto de expressões anafóricas, sendo Koch (2003) e Marcuschi (2000), dois dos maiores responsáveis por isso.

Marcuschi (2000) considera dois grandes grupos de anáfora: as “diretas”, que compreendem o estabelecimento de uma correferência ou retomadas parciais (trata-se de processos de reativação de referentes prévios, recuperando-os total ou parcialmente; e as “indiretas”, que, por não reativarem referentes, não estão vinculadas nem à noção de correferência, nem à de retomada (trata-se de processos de introdução de novos referentes). A relação de correferência, portanto, determina apenas o primeiro grupo, o das anáforas diretas.

Koch (2003), por sua vez, separa os dois tipos de processos em “ancorada e “não-ancorada”. Será “não-ancorada” a introdução de um referente textual quando um

objeto de discurso totalmente novo for introduzido no texto. Se for o caso de uma expressão nominal, irá operar uma primeira categorização do referente. A “ancorada” ocorre sempre que um novo objeto-do-discurso for introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo. Vejamos um exemplo:

“Aprovada na semana passada pelos deputados, a *reforma trabalhista* atualiza uma legislação septuagenária, que, sob a prerrogativa de proteger *os trabalhadores*, muitas vezes marginaliza quem está a procura de um trabalho formal.” (*Um peso a menos*, VEJA, Edição 2528)

Nesse exemplo, temos o objeto do discurso *reforma trabalhista* sendo inserido pela primeira vez no co-texto da reportagem. Trata-se então de um referente não ancorado. Já *os trabalhadores*, mesmo se tratando de um objeto do discurso também introduzido pela primeira vez, se distingue por que tem sua inserção propiciada pela relação associativa com o primeiro objeto do discurso, reforma trabalhista. Neste caso, temos uma inserção ancorada.

Estas são, de modo geral, ainda segundo a autora, as chamadas anáforas indiretas e anáforas associativas. A primeira caracteriza-se por não existir no co-texto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação denominado de “âncora”. A segunda, por sua vez, introduz um referente novo no texto, por meio da exploração de relações meronímicas ou nominais (rotulações), ou seja, todas aquelas em que um dos elementos da relação pode ser considerado, de alguma forma, ingrediente do outro (KOCH, 2006, p. 128).

1.5. Expressões nominais definidas

Como pode ser visto, temos uma noção de anáfora que a amplia como conceito e seu conjunto de expressões, indo além da ideia de retomada apenas e enveredando pelo caminho da relação entre os elementos do texto dentro da progressão referencial. As expressões referenciais assim como sua relação no texto possuem, segundo Koch (2006), multifuncionalidade, e indicam pontos de vista, assinalam direções

argumentativas, sinalizam dificuldades de acesso ao referente e recategorizam os objetos presentes na memória discursiva.

Nos textos jornalísticos, sobretudo nos de opinião, o direcionamento argumentativo e pontos de vista serão mais visíveis, mas não só nesse caso. Notícias e reportagens principalmente costumam dar indícios ideológicos em suas estruturas composicionais. Ou seja, a maneira como é configurado internamente o texto diz muito sobre a forma como cada veículo ideológico quer abordar os fatos. As expressões nominais definidas estão estritamente ligadas à argumentação e dizem muito sobre o viés ideológico dos sujeitos ou entidades por trás dos textos que constroem.

As expressões nominais definidas também podem ser chamadas de formas nominais definidas ou expressões referenciais definidas. Caracterizam-se, segundo Koch (2003), por meio de uma descrição definida em que o locutor seleciona, dentre possibilidades lexicais, um referente que seja compatível com seu propósito ou projeto de dizer. O locutor ativa, através desse processo, um *background* comum aos interlocutores, e assim ressalta ou enfatiza o referente. Exemplo:

A reforma do ensino médio tem gerado polêmica desde que foi sancionada como Medida Provisória (MP) pelo presidente Michel Temer. Dentre as mudanças previstas estão a flexibilidade na escolha de disciplinas e o incentivo ao ensino em período integral. Lisete Arelaro, *professora e ex-diretora da Faculdade de Educação, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação e pesquisadora na área de políticas públicas em educação*, faz duras críticas ao projeto do governo.

A *pesquisadora* conta que foi com surpresa que os especialistas da área souberam da MP, pois desde 2014 trabalhavam, em diálogo com estudantes e o restante da sociedade, em um projeto de lei para reestruturar o ensino médio. (Entenda a reforma do Ensino Médio, *Jornal da USP*)¹

Como se pode ver, o objeto do discurso Lisete Arelaro é introduzido no texto e tem suas características enfatizadas a partir das expressões nominais “*professora e ex-diretora da Faculdade de Educação, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação e pesquisadora na área de políticas públicas em educação*” e “*pesquisadora*”, para que as duras críticas que faz ao governo e que são

¹ Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/reforma-do-ensino-medio-e-autoritaria/>. Acesso em 15/10/2017.

expostas na matéria tenham maior veracidade, já que se trata, segundo a forma como o texto a (re)categoriza, de alguém com propriedade sobre o tema.

Poderemos observar, a partir das expressões nominais definidas (em itálico), categoria a ser analisada no nosso trabalho, como os veículos jornalísticos e seus redatores constroem uma realidade sobre as pessoas, fatos e assuntos, apesar de termos por pressuposto que não poderia ser diferente, já que não se pode dissociar linguagem de ideologia. O gênero reportagem propõe, pelo menos em tese, certa imparcialidade no seu fazer comunicacional, mas sabemos que se trata de um gênero textual pertencente à esfera jornalística, composta por um grupo de pessoas comprometidas com o direcionamento ideológico do jornal.

CAPÍTULO 2 – O GÊNERO DISCURSIVO REPORTAGEM

2.1. Os gêneros do discurso

Todas as esferas que compõem as atividades humanas, segundo Bakhtin (1992), estão relacionadas à língua. Obviamente, sendo essas atividades diversas e diversificadas, a complexidade e o número de formas através das quais essas atividades podem surgir também serão. Nós, protagonistas da língua, possuímos uma capacidade de comunicação social que exige em todos os casos falar/ouvir e/ou escrever/ler por meio dos textos, cabendo aos interlocutores, nas práticas sociais de comunicação, selecionar os modos mais adequados de realizar isso. Conhecemos, mesmo intuitivamente, estratégias de construção e interpretação dos textos, o que Koch (2003) vai chamar de “competência textual”.

O dia-a-dia nos proporciona a necessidade de comunicação. Sendo assim, estamos o tempo todo envolvidos com diferentes tipos de texto a depender da situação em que estivermos inseridos. Segundo Koch (2003), na vida cotidiana, nos deparamos com propagandas de natureza diversas, notícias televisivas, artigos de opinião, placas de avisos etc., o que termina nos favorecendo um exercício inconsciente acerca da natureza desses próprios textos, devido à “capacidade metatextual” que nós, usuários da língua, possuímos. Isso explica como, mesmo não necessariamente tendo analisado um tipo específico de texto, sabemos sobre sua realidade, sobre onde circulam, para quem circulam, os motivos de existirem etc., só bastando que façam parte da nossa realidade a ponto de o experienciarmos de alguma maneira.

Sendo os textos a base para todo enunciado que elaboramos nos contextos diários de comunicação, é natural que se dividam em formas diversas que podem possuir um padrão relativamente estável (Bakhtin, 1997). Para essas formas se dá o nome de “gêneros”. Segundo Marcuschi (2008), a expressão “gênero” na tradição ocidental estava relacionada aos gêneros literários, e por muito tempo foi assim, desde Platão e Aristóteles até a modernidade. Atualmente, entendemos gênero não só a partir dos textos literários. “Hoje, gênero é facilmente usado para referir a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias” (MARCUSCHI, 2008, p. 147).

Pensar os gêneros na atualidade é pensar em Bakhtin, precursor das noções que aproximam o texto do discurso para uma compreensão da relação entre língua e

sociedade. Bakhtin rompe com a ideia estruturalista de função expressiva da linguagem e inaugura a ideia do homem como um ser constitutivo de textos. Segundo ele, a atividade social humana está estritamente ligada ao uso da linguagem, que se dá a partir de enunciados concretos e únicos advindos da interação locutor-ouvinte em atividades humanas diversas de utilização da língua.

Os gêneros são para Bakhtin os responsáveis pela comunicação, pois “a vontade discursiva individual do falante só se manifesta na escolha de um determinado gênero” (BAKHTIN, 1997, p. 283). Lidar com os gêneros nas situações de comunicação é então lidar com a língua, e vice-versa. Todo gênero textual tem, segundo Marcuschi (2008), uma finalidade que pode ser facilmente percebida e que vai definir o domínio que circulará. Sendo assim, todo gênero tem uma particularidade, na sua forma, função, estilo e conteúdo, e sua determinação se dá pela função e não pela forma. Schneuwly (1994 *apud* KOCH e ELIAS, 2010, p. 61) afirma ainda que os gêneros são ferramentas,

na medida em que um sujeito – o enunciador – age discursivamente numa situação definida – a ação – por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento semiótico – o gênero. A escolha do gênero se dá em função dos parâmetros da situação que guiam a ação e estabelecem a relação meio-fim, que é a estrutura básica de uma atividade mediada

Os gêneros como ferramentas sugerem um manuseio por parte do enunciador, que, responsável pela dinamicidade do gênero que vier a escolher, atribuirá sua função. No contexto jornalístico, muito se propaga que a função dos gêneros dessa natureza é propagar a informação, mas as noções de Bakhtin e outros teóricos elucidam que os gêneros não devem ser tratados independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas. Diante disto, o sujeito por trás dos gêneros está sempre exercendo uma atividade discursiva e exprimindo seus sentidos, ideias e visões do mundo. Assim sendo, Segundo Marcuschi (2008), parece possível dizer que a produção discursiva é um tipo de ação que transcende o aspecto meramente comunicativo e informacional.

2.2. O discurso jornalístico

O universo jornalístico comporta diversos gêneros, que variam a depender de como o jornalismo pretende expor ao público fatos decorrentes do meio social. Segundo Kindermann (2003), Beltrão foi um dos primeiros pesquisadores dos gêneros jornalísticos no Brasil, e os sistematizou a partir da seguinte classificação: Jornalismo

informativo (*Notícia, Reportagem, História de interesse humano, Informação pela imagem*); Jornalismo interpretativo (*Reportagem em profundidade*); e Jornalismo opinativo (*Editorial, Artigo, Crônica, Opinião ilustrada, Opinião do leitor*). Essa proposta de Beltrão sugere uma generalização acerca dos tipos de jornalismo que transcendem, segundo Melo (1985), o estilo, a estrutura narrativa e a técnica de codificação. Ele então avança sobre a proposta de Beltrão adotando dois critérios:

A intencionalidade,

com duas vertentes, a reprodução do real e a leitura do real. No primeiro caso, tem-se a observação da realidade e a descrição do que interessa à instituição jornalística. No segundo caso, tem-se a análise da realidade e a avaliação. A necessidade que as pessoas têm de se informarem fez com que o jornalismo se articulasse em função da informação e da opinião. Por isso o relato jornalístico assume duas modalidades: a descrição dos fatos e a versão dos fatos, necessitando estabelecer fronteiras entre a descrição e a avaliação do real. Resulta, então, o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo, excluindo tendências rotuladas como jornalismo interpretativo e jornalismo diversional. Melo entende que o jornalismo informativo tanto abarca o jornalismo interpretativo quanto o diversional. (APARECIDA, p. 34, 2003)

A natureza estrutural dos relatos

observáveis nos processos jornalísticos, não como estrutura dos textos ou das imagens que representam e reproduzem a realidade, mas sim como “[...] articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)” (MELO, p. 64). (APARECIDA, 2003, p. 34)

O importante dessa consideração está na diferenciação entre informativo e opinativo. Para o autor, a notícia teria duas naturezas, uma de caráter mais descritivo dos fatos, e outro mais construtivo acerca dos fatos, já que neste a subjetividade entra em protagonismo com maior vigor. Contudo, entende-se que ambos os casos comportam conteúdo interpretativista na sua elaboração, diferenciando-se na assiduidade com que se manifesta a subjetividade do autor, pelo fato de os “gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturarem a partir de um referencial exterior à instituição jornalística, enquanto que nos gêneros que se agrupam na área da opinião a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística” (MELO, 1985, p. 64). Melo então sugere a seguinte classificação: Jornalismo informativo (*Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista*); Jornalismo opinativo (*Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica*,

Caricatura, Carta). Vê-se que o gênero jornalístico que será objeto de análise neste trabalho faz parte do agrupamento de gêneros do jornalismo informativo.

Entretanto, diversos estudos acerca do gênero jornalismo, como os já citados aqui anteriormente, afirmam que as instituições jornalísticas possuem o poder de enviesar os veículos de informação a seu dispor por propósitos comunicacionais previsíveis à sua ideologia, que terminam por transformar a informação, a depender de como a escolha lexical na atividade de elaboração textual por parte dos redatores dos gêneros aconteça. Vale lembrar que outros recursos textuais também configuram uma escolha, como as imagens, artes, fotos, infográficos utilizados. Sendo assim, mesmo o jornalismo considerado “informativo”, o qual comporta, segundo o autor, nota, notícia, reportagem e entrevista, possui caráter opinativo, uma vez que os sujeitos que o elaboram não deixam de ser sujeitos ideológicos que exprimem seus discursos e visões do mundo também no gênero em questão.

2.3. A reportagem

O gênero reportagem, que abordaremos neste trabalho, é semelhante ao gênero notícia no quesito natureza ideológica. Todavia, a reportagem, diferente da notícia, avança mais sobre a cobertura do tema que trata, o que garante certa amplitude na abordagem dos assuntos. Essa forma de tratamento acaba numa exposição maior das intenções do autor, que, preso à naturalidade interpretativista da abordagem dos fatos, obviamente irá denunciar em maior escala seu viés ideológico e posicionamento sobre o assunto.

Notícia e reportagem possuem direcionamentos textuais diferentes, mas naturezas parecidas, pois lidam com a exposição de fatos do mundo. Sendo a reportagem de maior enfoque interpretativo e necessidade de aparato mais denso sobre os fatos, a notícia termina por sobrepor os jornais diários, ficando reservado às reportagens uma circulação maior nas revistas, enquanto na internet se tem uma menor proporção delas, já que, devido à velocidade com que se dá o consumo das informações na internet, as notícias terminam sendo mais visadas pela sua abordagem mais encurtada sobre os acontecimentos.

Nas reportagens sobre o tema do nosso trabalho, a reforma trabalhista, poderemos perceber, por exemplo, que um aparato histórico de outras reformas no âmbito do trabalho é invocado, assim como os sujeitos por trás dos fatos e seus

contextos históricos e sociais. Também são muito resgatadas citações sobre os sujeitos envolvidos com o tema para atribuir veracidade às questões. Assim sendo, a elaboração de uma reportagem exige um trabalho aprimorado com sua construção, que estará sempre ligado às escolhas do autor, um sujeito historicamente situado. Ou seja, o que chega ao público é apenas um apunhado de seleções e recortes frutos dessas escolhas e, sendo os objetos do discurso os elementos-chave desse fenômeno, eles estão estritamente correlacionados.

Para Koch (2005), o processamento dos objetos do discurso é considerado um procedimento estratégico, uma vez que cada sujeito atua em sociedade e ressignifica a ela e a si mesmo por meio do seu discurso. Justo por isso, o gênero reportagem carrega um papel fundamental para o funcionamento das ideologias em sociedade, que é o de formação de opinião e convencimento das massas através da leitura. A forma como os textos do gênero reportagem se organizam possui, sobretudo por sua natureza mais abrangente sobre determinado tema, o poder de construir, por meio da referenciação, um discurso sobre objeto do discurso que ele elenca, seja uma pessoa, uma entidade ou um fato.

[...] o emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou recategorização de referentes, implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha essa que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto. Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um *background* tido por comum) de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido [...] (KOCH, 2005, p. 35-36)

No capítulo posterior, será possível, através de nossa análise, uma visualização do comportamento dessas estratégias de processamento textual na construção dos referentes por parte dos autores e veículos das reportagens que elencamos, todas tratando de um tema em comum: a reforma trabalhista. Além desse objeto do discurso em especial, também observaremos outras cadeias coesivas elaboradas para outros pares recorrentes quando se trata do tema, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Procedimentos metodológicos

O *corpus* de nossa análise consiste em quatro reportagens de duas revistas de circulação semanal bastante expressivas no ramo jornalístico, a VEJA e a Carta Capital. Cada reportagem foi extraída de edições semanais diferentes, que totalizaram 4 (quatro). São elas:

Figura 1: Capas das edições das revistas de circulação semanal



Fonte: elaboração própria (2017)

Todas as reportagens tratam de um tema em comum, a reforma trabalhista. Separamos as reportagens em pares, cada par contendo uma reportagem por revista, sendo um par de um momento anterior à aprovação do projeto e outro posterior à aprovação. Buscamos proximidades entre as edições, para nos certificarmos de que cada reportagem estivesse inserida no mesmo contexto de discussão acerca do tema que a outra. Em uma linha do tempo, as reportagens ficam dispostas da seguinte forma:

Quadro 1: Linha do tempo das publicações

23.12.2016	23.05.2017	26.05.2017	11.07.2017	13.07.2017
Apresentação do projeto na Câmara dos Deputados	Um peso a menos (VEJA, Edição 2528 – Meia greve contra meia reforma) [V1]	Aprovação do projeto na Câmara dos deputados	Aprovação do projeto no Senado Federal	Uma luz na confusão (VEJA, Edição 2539 - Culpado) [V2]
	03.05.2017			14.07.2017
	A reforma trabalhista nos leva ao fundo do poço (Carta Capital, Edição 952 – O juiz refém) [C1]			Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos (Carta Capital, Edição 961 – A casa-grande faz a festa) [C2]

Fonte: elaboração própria (2017)

Para a análise, seguimos a discussão percorrendo sobre o levantamento geral realizado de expressões nominais definidas que retomam um mesmo objeto-do-discurso nos textos das reportagens. No decorrer da análise, serão dispostas as expressões que (re)categorizam a reforma trabalhista, assim como as que (re)categorizam o empregador e o empregado, além dos verbos e objetos usados para as retomadas. Também abordamos na nossa análise outros elementos que também desencadeiam outras cadeias referencias. Fizemos uma observação do comportamento dessas expressões na cadeia coesiva geral dos textos, a fim de contrastar os pares de revistas e observar como se dá a argumentação a partir das expressões selecionadas para a construção dos objetos-do-discurso na tessitura da cadeia coesiva dos textos, pois acreditamos, seguindo os estudos de Koch (2003), entre outros estudiosos já citados ao longo deste trabalho, que a seleção não é aleatória ou neutra, mas sim um mecanismo que faz parte de um projeto de dizer. Um olhar atento sobre as expressões nominais definidas por parte do leitor revela informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, que enriquecem a construção do sentido.

3.2. Análise das reportagens

Para Koch (2006), o uso de certas expressões nominais definidas em detrimento de outras está estritamente atrelado ao propósito do locutor. Trata-se de

diversas propriedades caracterizadoras de um referente – reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor –, daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor (KOCH, 2006, p. 132)

Ainda segundo a autora, a construção do sentido do texto por parte do leitor ou ouvinte é auxiliado por essas escolhas que fornecem importantes informações sobre opiniões, crenças e atitudes dos produtores do texto. São bastante claros em textos opinativos, como os artigos ou comentários, mas não pertencem apenas a eles. Nas reportagens analisadas, o leque de expressões referentes à reforma trabalhista, segundo os nossos quadros comparativos, nos diz bem sobre isso.

Vejamos alguns exemplos de como as duas revistas selecionadas (re)categorizam o objeto do discurso em questão nas reportagens anteriores à aprovação da reforma (C1 e V1):

Quadro 2: Expressões nominais definidas para *reforma trabalhista* em C1 e V1

[C1]	[V1]
reforma trabalhista	modernização das leis trabalhistas
reforma trabalhista do negociado acima do legislado	reforma trabalhista
reforma trabalhista e previdenciária	reforma

Fonte: elaboração própria (2017)

Como se pode ver, ambas as cadeias referenciais retomam o mesmo referente (reforma trabalhista), mas constroem diferentes objetos de discurso. Por parte da VEJA, se percebe um adiantamento acerca do que se trata o projeto na sua opinião, logo no subtítulo da reportagem (Anexo II). Já a Carta Capital, em certo contexto no texto em que cita uma das consequências da reforma, nominaliza o fato dos empresários poderem, por exemplo, suprimir o horário de almoço para os trabalhadores como fórmula eficaz para impulsionar a produtividade, como “reforma trabalhista do negociado acima do legislado”. Apesar de uma certa ousadia em suas atitudes opinativas, parece não se avançar muito nesse quesito, pelo menos não tanto quanto na reportagem posterior à aprovação (C2). A forma como o referente reforma trabalhista é elencado sucessivas vezes e com elaborações diferentes nos diz muito sobre uma preocupação de ambas as partes em expor uma posição acerca do tema:

Quadro 3: Expressões nominais definidas para *reforma trabalhista* em C2 e V2.

[C2]	[V2]
reforma de temer	luz no fim do túnel
alterações	reforma
nova legislação	reforma
golpe de mestre	reforma trabalhista
texto	reforma trabalhista
proposta	reforma
reforma	nova lei
texto-base	lei
reforma trabalhista	projeto
reforma de temer	reforma
reforma de temer	reforma
projeto crivado de inconstitucionalidades e deflagrador de grave retrocesso sócio	reforma
inconstitucional reforma de temer	projeto
reforma aprovada aberração jurídica	novas regras
reforma	reforma
supressão de direitos	reforma
	mudança nas leis
	modernização

Fonte: elaboração própria (2017)

Chama a atenção as expressões usadas pela reportagem da Carta Capital (C2), em que reforma trabalhista é (re)categorizada como “reforma de Temer” várias vezes, atribuindo e reiterando o projeto à figura ancorada no co-texto. Posteriormente, temos outras expressões como “golpe de mestre”, segundo o texto, “patrocinado pelas principais entidades empresariais do País”. Também outras expressões como “aberração jurídica” e “supressão de direitos” reforçam a argumentação, sobretudo pelos contextos em que estão inseridas. É nítido o posicionamento dos autores da reportagem e da revista, diferentemente do elaborado pela revista VEJA, que nos dá um apunhado de expressões com certa neutralização, por vezes apenas usando-se de “reforma”, por outras de “lei”, “projeto”, “nova lei”. Todavia, deixa escapar em seu título a valorização positiva da aprovação do projeto com a expressão “uma luz no fim do túnel”, uma metáfora para as circunstâncias econômicas em que a lei foi aprovada, com forte teor argumentativo. Também as outras expressões, mesmo que aparentemente neutras, dizem muito sobre a preocupação em se abster da discussão. Isso fica bastante claro também pela maneira como se refere aos empregadores e empregados, tão recorrentes em todas as reportagens já que se tratam dos sujeitos em questão na reforma.

Quadro 4: Expressões nominais definidas para *empregador* e *empregado* em V2

[V2]	
Empregador	Empregado
empregadores	metalúrgicos
patrões	mão de obra
empregador	empregados
	trabalhadores
	empregados
	empregado
	empregados
	trabalhadores
	trabalhadores
	empregado
	trabalhistas

Fonte: elaboração própria (2017)

A reportagem da Veja emprega expressões menos comprometedoras para ambas as entidades, comuns para uma discussão do tipo. Mesmo assim, não deixa de denunciar seu posicionamento quando emprega, por exemplo, um encapsulamento como “chiadeira” para as inúmeras reivindicações por parte dos sindicalistas. A Carta Capital, por sua vez, configura as suas expressões de maneira diferente e explicitamente valorativa. Os objetos do discurso “empregador” e “empregado” são (re)categorizados de maneiras diversas, conforme o quadro abaixo pode demonstrar:

Quadro 5: Expressões nominais definidas para *empregador* e *empregado* em C2

[C2]	
Empregador	Empregado
Capital	trabalho livre
entidades empresariais do país	operários
Empresa	operários
microempresas de fachada	trabalhadores brasileiros
tomador de serviços	empregados formais
Fábricas	falsos trabalhadores autônomos
falsas empresas	falsas pessoas jurídicas
Contratante	trabalhadores autônomos
Contratante	empregado
Empregador	autônomo
Empresas	operário
Patrões	funcionário
Empresário	empregado
	funcionário
	trabalhador
	operários que representam
	trabalhadores
	trabalhadores
	empregados
	trabalhador
	trabalhador
	diretor
	operário
	diretor
	operário
	trabalhadores
	funcionários
	trabalhadores
	empregado brasileiro
	mão de obra
	trabalhador brasileiro
	mão de obra

Fonte: elaboração própria (2017)

Destacam-se as inúmeras vezes em que o referente empregado é (re)categorizado, sobretudo em expressões como “trabalhador” ou “trabalhadores”, “operário”, “empregado” etc. Já no caso de “empregador”, o número de vezes em que empregador é (re)categorizado é reduzido se compararmos com o referente empregado, todavia carregam fortes referentes ideológicos, como o caso de “capital”, “fábricas”, “patrões”, “tomador de serviços” etc. É importante destacar, também, a forma como é invocado no texto a expressão “casa-grande”. Vindo no subtítulo, carrega um teor forte e retoma um momento histórico onde os senhores de engenho detinham direitos sobre terras e escravos. Fica claramente perceptível a alusão em questão, a expressão se

referindo aos atuais empregadores que festejam uma possível brecha para uma exploração semelhante à escravidão. O emprego da expressão retoma a memória do leitor brasileiro sobre um triste episódio da história, com o intuito de comoção para uma melhor visualização da situação atual. Outras alusões parecidas para a situação também são perceptíveis a seguir:

Quadro 6: cadeias coesivas em C2.

[C2]
casa-grande (referente aos grandes proprietários)
funeral da consolidação das leis do trabalho (referente à situação de aprovação)
ato de resistência (referente ao ato das senadoras)
enterro da CLT (referente à situação de aprovação)

Fonte: elaboração própria (2017)

As reportagens também retomam, na cadeia referencial do texto, verbos e objetos com quantidade elevada, e talvez seja aí onde mais ficam expressivos os vieses ideológicos das revistas. Reparemos o quadro a seguir, referente às reportagens anteriores à aprovação do projeto:

Quadro 7: Verbos e objetos em C1 e V1

[C1]		[V1]	
Verbo	Complemento	Verbo	Complemento
nos leva	ao fundo do poço	reduz	o anacronismo da clt
intensificarão	a insegurança social e econômica	atualiza	uma legislação septuagenária
sugere	que a sociedade está flertando com as façanhas da economia do mal-estar	ameniza	o desemprego
		não ameaça	direitos fundamentais do trabalhador
		flexibiliza	as relações entre empregados e empresas
		divide	as férias em três vezes, mas preserva o direito a elas nos moldes atuais
		acaba	com a contribuição sindical obrigatória
		preserva	direitos
		estimula	o entendimento entre empregado e empresas: acordos coletivos poderão se sobrepor ao que está previsto na lei
		quebra	um tabu histórico ao permitir que o negociado não possa ser superado por decisões da justiça do trabalho
		preserva	direitos como férias, 13º salário e fgts
		estende	as modalidades de emprego que são uma realidade hoje em dia
		equilibra (espera-se)	direitos e deveres

Fonte: elaboração própria (2017)

Como se pode observar, a VEJA exprime em sua reportagem (V1) uma série de verbos positivos, como “estende”, “preserva”, “estimula”, “flexibiliza”, “ameniza”, ao passo que, por parte da Carta Capital (C1), quase não se tem uma explanação acerca das consequências da reforma, mesmo sendo extensa a reportagem. É interessante também que tempos verbais das expressões na reportagem da Carta Capital (C1) estão no futuro, enquanto que as da VEJA (V1) estão no passado, nos fazendo atribuir, pelos efeitos do sentido, no primeiro caso, a reforma como algo que ainda está por vir, e no segundo como algo já consolidado, sem delongas. A reportagem também discorre muito sobre a situação do empregado quanto à reforma, e constrói em seu texto diferentes (re)categorizações para ele:

Quadro 8: Expressões nominais definidas para *empregador* e *empregado* em C1

[C1]	
Empregador	Empregado
patronato tupiniquim	precariado
grande empresa globalizada	trabalhadores
empresas	trabalhador
empresários	trabalhador
burocratas	“precariado”
poderosos e privilegiados	subordinados
grupos integrados e enriquecidos	trabalhadores dos serviços
vencedores e privilegiados	remanescentes
tycoon	trabalhador
empresário	assalariados
bem-sucedidos e integrados	trabalhadores
	precariado
	proletariado
	assalariados
	precariado
	explorado
	oprimido
	precariado
	suplicantes
	próximos da mendicância
	dependentes das decisões de burocratas, instituições de caridade e outros que detêm o poder econômico.
	inseguros na remuneração
	inseguros no emprego
	desvalidos da sociedade
	“feliz criatura da livre iniciação”
	desmobilizados e desprotegidos

Fonte: elaboração própria (2017)

A expressão nominal “precariado”, para se referir ao trabalhador e à situação em que ele se encontra e que tenderá, segundo o texto, a agravar com a aprovação da reforma, repete muitas vezes, seguida de outras que reforçam bem o propósito comunicativo do locutor, como é o caso de “desvalidos da sociedade”, “suplicantes”, “oprimido”, “próximos da mendicância”. Algumas expressões até carregam ironia em sua construção, como “feliz criatura da livre iniciação”. A expressão se encontra no texto para mencionar que, sem horário do almoço, essa “feliz criatura” comeria pão com mortadela com uma mão enquanto manusearia a máquina com outra. O empregador é referido com expressões também bastante expressivas, que dizem muito acerca da visão do autor sobre os que empregam. “Patronato tupiniquim”, por exemplo, nos remete a um certo atraso na forma como esses “patrões” conduzem suas empresas, enquanto outras, como “bem sucedidos e integrados” ou “vencedores e privilegiados”, traduzem o

ponto de vista a respeito desses sujeitos (os patrões) por parte da revista representada pelo autor da reportagem, a Carta Capital.

Quanto à Veja, vejamos quais expressões ela elenca em sua reportagem anterior à aprovação para se referir ao empregador e ao empregado:

Quadro 9: expressões nominais definidas para *empregador* e *empregado* em V1.

[V1]	
Empregador	Empregado
empresários	trabalhadores
empresas	alguém
empregadores	desempregados vítimas da recessão prolongada
empresa	trabalhadores
empresários	empregados
empregador	mão de obra
empregador	trabalhadores
	empregados

Fonte: elaboração própria (2017)

Como se pode observar, a revista mantém uma neutralidade ou uma certa omissão intencionada de não comprometimento com a parcialidade da reportagem na forma como caracterizam os sujeitos-chave do tema. Todavia, isso vem abaixo no tratamento com os verbos e objetos, como podemos ver anteriormente (Quadro 7), que comprometem uma posição acerca das atualizações que a reforma sugere, como o caso da “flexibilização das relações entre empregados e empresas”, em que uma suposta “negociação” entre os pares seria o suficiente para uma relação saudável entre empregado e empregador, sem que a Justiça do Trabalho interviesse. Segundo a revista, isso melhoraria o caso dos “desempregados vítimas da recessão prolongada” e o mercado ainda se ajustaria mais rapidamente às oscilações da economia, em especial em momentos de crise. Essa medida, além de tudo, segundo a reportagem, “não ameaça direitos fundamentais dos trabalhadores”.

Posterior à aprovação, percebe-se um *continuum* no tratamento que a revista VEJA dá às novidades da reforma. Na reportagem dias depois da aprovação, que aborda o acontecido no Senado, o autor encapsula o episódio como um “duelo” (expressão recorrente em folhetins de cinema e ficção) entre “presente e passado”, já que a oposição tentou “melar” a votação. Já vimos anteriormente com quais expressões a revista opositora nominaliza o mesmo ocorrido, se referindo à tentativa de interrupção por parte das senadoras de “ato de resistência”, e o episódio como um todo como “Funeral das consolidações das leis do trabalho”.

Quadro 9: Cadeias coesivas em C2

[C2]
funeral da consolidação das leis do trabalho (referente à situação de aprovação)
ato de resistência (referente ao ato das senadoras)
enterro da clt (referente à situação de aprovação)

Fonte: elaboração própria (2017)

É de se observar uma abordagem do tema bastante expressiva e diferente por parte das revistas em suas reportagens. Veiculadas em datas próximas, tanto as anteriores à aprovação quanto as posteriores, cada revista exprime o viés ideológico determinado por sua linha editorial, apesar de que, por parte da VEJA, há uma tentativa fracassada de omissão, mediante o tratamento que se dá para com o tema e as partes envolvidas, o empregado e o empregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da nossa análise, conseguimos perceber um certo encandeamento coesivo que vai além da mera construção textual por parte das revistas nas reportagens que selecionamos, tanto as anteriores à aprovação da reforma trabalhista quanto as posteriores. Como bem postula Koch (2006), as expressões nominais referenciais possuem diversas funções na construção dos sentidos do texto, ou seja, são multifuncionais: indicam pontos de vista, assinalam direções argumentativas, sinalizam dificuldades de acesso ao referente, recategorizam os objetos presentes na memória discursiva. São, num todo, as responsáveis pela progressão referencial na dinâmica discursiva do texto.

Os autores exprimiram, nos seus respectivos textos, suas características ideológicas e intenções, e também as da revista por qual cada um responde. A forma como fazem suas seleções lexicais comportam uma natureza subjetiva, que por sua vez está estritamente interligada com os aspectos socioculturais dos autores. Por meio de uma investigação partindo das expressões nominais nos textos, podemos perceber que os discursos impressos nas reportagens dizem muito sobre o seu funcionamento ideológico na sociedade, que seria o de formação de opinião e convencimento do leitor.

Fez-se possível notar, através de uma análise do gênero textual reportagem, utilizando-se das expressões nominais definidas elencadas pelos sujeitos detentores do poder de “informar” as massas, que os autores de reportagens utilizam-se de diferentes estratégias de referenciação para o processo de (re)categorização de temas, entidades, situações etc., segundo o seu propósito, e que isso acarreta uma certa exposição ideológica que vai de encontro ao que culturalmente se prega no discurso jornalístico: que o exercício da elaboração textual por parte de quem o faz possui isenção e neutralidade.

As páginas das reportagens refletem todo um contexto político-ideológico a que pertencem. Não é difícil perceber uma polêmica conjuntura política com fortes indícios de um período conturbado no cenário político. A maneira como os autores por trás do fazer jornalístico (re)elaboram a realidade na tessitura de seus textos, utilizando-se do material linguístico, nos evidencia o discurso ideológico preponderante de cada veículo jornalístico e o seu ponto de vista acerca dos fatos.

Como pode ser evidenciado, até existe uma tentativa frustrada, por parte da VEJA, de manter certa neutralidade na construção dos seus referentes; entretanto, em outras cadeias coesivas, como o emprego dos verbos de teor positivo para (re)categorizar a reforma e os pares concatenados, fica perceptível e bastante expressivo o seu direcionamento argumentativo. No caso da Carta Capital, pudemos perceber que os referentes têm tratamento diferentes, pois a revista parece estar despreocupada com sua exposição ideológica, exatamente o contrário da revista VEJA.

Portanto, podemos afirmar que as reportagens constituem uma visão pública do mundo, que pode ser evidenciada através de uma observação minuciosa dos processos de referenciação acerca dos objeto-do-discurso que constroem. Um olhar atento para as cadeias referenciais das reportagens nos fez perceber que é praticamente impossível, na abordagem dos fatos do mundo, os jornalistas construírem um sentido aos seus textos de maneira imparcial e objetiva, que não comprometam a ideologia e exclua as intencionalidades do redator e do veículo jornalístico ao qual respondem.

Apesar dos resultados obtidos, este trabalho, porém, não esgota as reflexões acerca da referenciação, mas contribui em boa medida para os estudos que estabelecem a cara relação do fenômeno com a argumentação. O esforço aqui empenhado também implica, em viés mais pessoal e profissional, um importante aperfeiçoamento sobre o conhecimento da linguagem na produção e compreensão de textos, o que também acarreta conhecer mais sobre quem somos, já que, como bem lucidamente afirma Bakhtin (1977), somos todos seres constituídos de linguagem. Espera-se, em grande medida, que nossa contribuição possa ter finalidade igual para os demais professores de Língua Portuguesa na rede de ensino que operam, ou irão operar, o importante exercício educativo de trabalho com a força transformadora que é o entendimento do uso da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CANÇADO, MÁRCIA. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Coerência, referenciação e ensino**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- CORTEZ, Suzana Leite. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais**. 2011. 249f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP.
- CORTEZ, Suzana Leite. **Referenciação e Construção do Ponto de Vista**. Campinas SP: [s.n], 2003.
- KINDERMANN, Conceição Aparecida. **A reportagem jornalística no jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero**. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. 2003.
- KOCH, Ingedore. & ELIAS, Vanda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, Ingedore. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, Ingedore. **Referenciação e orientação argumentativa**. In: KOCH, Ingedore; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras**. (mimeo)
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MESSIAS, Patrícia Fernandes de. **Referir e argumentar: atividades de manipulação de sentidos**. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado) – CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MEURER, J. L, BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée (orgs). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação**. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação**. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

PALUMBO, R. **Argumentação e Referenciação: A dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos**. 2007. 193f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VALENTE, André C. **Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **Aspectos da virtualização da conversação face a face com atenção especial ao funcionamento das expressões indiciais**. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado) – CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ANEXOS

ANEXO I

PÁGINA 1: REFORMA, UMA LUZ NA CONFUSÃO (VEJA, EDIÇÃO 2539 - CULPADO) [V2]



UMA LUZ NA CONFUSÃO

A maioria dos brasileiros não tem carteira assinada e vive sem a proteção da CLT. A aprovação da reforma trabalhista deve reduzir os custos para empregadores e incentivar o trabalho formal

BIANCA ALVARENGA



PRESENTE E PASSADO A oposição tentou mudar a votação da CLT, mas o Senado aprovou a reforma que atualiza a legislação criada por Getúlio Vargas

maior parte dos excluídos é composta de empregados do setor privado sem carteira assinada e de pessoas que trabalham por conta própria. O quadro fica ainda mais dramático quando os 14 milhões de desempregados entram na contabilidade. "Esses números atestam que a CLT, como está posta, não está mais dando certo", afirma Hélio Zylberstajn, professor de economia da USP. Ele diz que o grande mérito da reforma não é gerar empregos, como o governo está prometendo, mas sim possibilitar que trabalhadores informais também entrem no guarda-chuva da CLT. "É um efeito que diminui a rotatividade nos postos de trabalho e aumenta a produtividade no longo prazo", diz.

Profunda, a reforma altera mais de 100 pontos da legislação trabalhista, mas preserva direitos como férias, 13º salário, seguro-desemprego, salário mínimo, licença-maternidade e aviso prévio. O ponto central é a possibilidade de quem está empregado com carteira assinada, mas de outro lado, elevaram demasiadamente o custo trabalhista para os empregadores. No fim, apenas uma parcela do não de obra brasileira se encaixa na reforma. Dados do IBGE mostram que, dos 91 milhões de brasileiros que trabalham atualmente, 39 milhões não estão protegidos pela CLT. A

AS SENADORAS de oposição ocuparam a mesa da presidência do Senado, impediram o início da sessão no horário previsto e até cometeram uma quebra de protocolo para matar a fome enquanto bloqueavam as deliberações. Foi o último gesto na tentativa de evitar a votação da reforma trabalhista. Eunício Oliveira, presidente do Senado, chegou a mandar que as luzes do plenário fossem apagadas e ameaçou mudar o local da votação. O protesto, na terça-feira 11, apenas retardou a votação da reforma trabalhista por algumas horas. Ao final, foram 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. Trata-se da primeira grande mudança nas leis trabalhistas em mais de sete décadas. A regulamentação



TEMOS INSTITUIÇÕES FORTES

Como entender a evolução das regras do jogo no Brasil

A GRAVIDADE das crises que assolam o Brasil tem gerado dúvidas sobre nossas instituições. Na verdade, como tem sido defendido neste espaço, o país dispõe de instituições sólidas em área fundamental: o controle do governo.

Instituições, como ensina Douglass North, são as regras do jogo, formais e informais. Constituem as restrições que moldam a interação humana, atribuindo incentivos para ações de natureza política, social ou econômica. O grau condicional para a atividade de compreender, assumir riscos e gerar prosperidade. Protegem os cidadãos do arbítrio e da violência do Estado.

No Brasil, entendem-se instituições como restrições às ações das organizações do setor público. Ocorre que elas incluem regras sobre liberdade de expressão e de opinião e, assim, garantias de uma imprensa livre e independente, além de compreenderem os mercados.

As instituições costumam surgir de novas crenças. Um exemplo foi a percepção, ao longo do tempo, das vantagens do autoritarismo. Daí vieram, no Brasil, o fim do regime militar e as normas do Estado democrático de direito nascidas da Constituição de 1988.

O mesmo ocorre com o abandono de crenças erradas. Do convencimento de que a inflação não é um ingrediente do desenvolvimento surgiu o apoio para aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal e para institucionalizar o processo de decisão sobre a política monetária com a criação do Comitê de Política Monetária (Copom) e a autonomia de fato do Banco Central.


O repêlido à corrupção é uma nova crença. Não mais se aceita o "tombá mas far". Por aí se explicam as instituições que reforçaram as condições para prevenir, detectar, investigar e punir a corrupção. Líderes do empresariado e da área política foram presos e julgados.

As instituições do ambiente de negócios ainda são ruins e os governos do PT as deterioraram. Ficaram piores o já péssimo sistema tributário e a arcaica legislação trabalhista. Decaíram a qualidade de serviços públicos como os de infraestrutura. Aumentaram a burocracia e a corrupção.

Felizmente, as instituições que permitem o controle do governo e a renovação periódica e pacífica dos líderes só melhoraram desde 1988, embora elas não garantam resultados.

Sempre há o risco de erro nas escolhas políticas, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos. Quem imaginaria que uma democracia sólida como a americana elegeeria alguém como Donald Trump? Deputa-se o pior adjetivo para qualificá-lo: arrogante, populista, isolacionista, imprevisível, protecionista e, como disse o historiador americano Timothy Snyder ao jornal *O Globo*, "incrédulo patológico e narcisista". Trump está limitado, todavia, pelas instituições que formam os *checks and balances*, pelo julgamento das urnas e até por um eventual processo de impeachment.

Ainda não conhecemos suficientemente quanto evoluímos. Ainda se confunde crise política com crise institucional. Precisamos, sim, entender e valorizar a solidez das instituições. ■



OFICINA DO BOM

governo, e Temer acenou com a possibilidade de criar uma fonte alternativa de recursos. É um retrocesso, mas não se sabe se isso realmente será feito — nem como.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e diversos juizes manifestaram repúdio às novas regras. Os promotores prometem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para atestar a inconstitucionalidade e anular a reforma. A queda de braço é um retrato da cultura de dependência do Judiciário, que tende a dar ganhos de causa aos trabalhadores. Mas a reforma não impede o empregado de questionar o que julgar incorreto. Ele procura apenas criar parâmetros, diminuir brechas e conter a judicialização excessiva. Em mais de 75 anos de história da Justiça do Trabalho no Brasil, quase 90 milhões de processos foram abertos. Em 2016, 3,3 milhões de novas ações passaram pelos tribunais e resultaram no pagamento de 22 bilhões de reais em acordos ou sentenças — o que, por outro lado, também mostra quanto a lei trabalhista é descumprida. Seguindo um levantamento da consultoria Econômica, no ano passado 64 empresas brasileiras reservaram um total de 27 bilhões de reais para cobrir passivos trabalhistas e tributários.

Obviamente, a simples mudança nas leis não garante que essa judicialização desapareça da noite para o dia. Mas espera-se que tenha sido dado um primeiro passo na modernização das relações trabalhistas, reduzindo o potencialismo anacrônico, combatendo o legitimismo sindical e dando a chance de os atuais excluídos também possuírem direitos. Feitas as contus, o Brasil saiu ganhando. ■

Com reportagem de Felipe Muelchlo



PROTESTO Metalúrgicos em ato contra a lei que acalva com o imposto sindical

O QUE MUDA PARA O TRABALHADOR

Os principais pontos da nova lei

	GRÁNDAS	HOME OFFICE	OBRIGAÇÕES EM CASO DE PDV	DEMISSÃO EM MASSA
COMO ERA	Não podiam trabalhar em ambientes insalubres	Não há regulamentação	Não há regulamentação específica. O trabalhador que aderir a um plano de demissão voluntária (PDV) ou incentivada (PDVI) ainda pode ir à Justiça em busca de reparações	Embora não haja determinação em lei, a Justiça considera que os acordados devem ser incluídos no processo
COMO FICOU	Poderão trabalhar em ambientes insalubres desde que haja autorização médica	As regras para trabalhar em home office serão acordadas	A adesão a um PDV ou PDVI significará a perda de todos os direitos trabalhistas. Em caso, eles não poderão ser reclamados posteriormente na Justiça	Não será necessário que o trabalhador solicite a anulação ou faça acordo

O QUE NÃO MUDA

Tudo o que está na Constituição (salário mínimo, seguro-desemprego, direito a férias, 13º salário e licenças maternidade)

ANEXO II

PÁGINA ÚNICA: REFORMA UM PESO A MENOS (VEJA, EDIÇÃO 2528 – MEIA GREVE CONTRA MEIA REFORMA) [V1]

UM PESO A MENOS

A modernização das leis trabalhistas reduz o anacronismo da CLT, instituída pela ditadura Vargas a favor de milhões de litígios

MARCELO SAKATE

APROVADA na semana passada pelos deputados, a reforma trabalhista atualiza uma legislação sequestrada, que, sob a prerrogativa de proteger os trabalhadores, muitas vezes marginaliza quem está à procura de um trabalho formal. Que o olgismo os mais de 14 milhões de desempregados, vítimas da recessão prolongada mas também de normas que fazem os empresários pensar duas vezes antes de contratar alguém (em razão dos custos e do risco de ser processados). São pontos que a reforma, que tramitará agora no Senado, pretende ane-

lizar, sem anular direitos fundamentais dos trabalhadores. O objetivo é flexibilizar as relações entre empregados e empresas, de modo que o mercado possa se ajustar mais rapidamente às oscilações da economia, em especial em momentos agudos de crise. Entre as alterações, as férias agora poderão ser divididas em até três vezes, mas o direito a elas foi preservado nos moldes atuais.

Depois de séculos de exploração e maus-tratos, os direitos trabalhistas foram uma conquista civilizatória — no Brasil e no mundo,

Entre outros avanços, o projeto estimula o entendimento entre empregados e empresas: acordos coletivos poderão se sobrepor ao que está previsto na lei. Para os empresários, isso deverá diminuir consideravelmente o volume de litígios. O Brasil é o país com o maior número de ações trabalhistas no mundo. A estimativa é que, a cada ano, 3 milhões de novos processos sejam ajuizados. Isso se transforma em custo para o empregador. "A reforma quebra um tabu histórico ao permitir que o negociado não possa ser superado por decisões da Justiça do Trabalho, uma entidade que deveria só julgar, mas acaba criando leis", diz José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, foi instituída nos anos do Estado Novo, ao período de Getúlio Vargas. A criação de uma série de direitos serviu para proteger um vasto segmento tratado até então como prepotência e desrespeito. Pois direitos como férias, 13º salário e FGTS continuam preservados. E serão estendidos a modalidades de empregos que são uma realidade hoje em dia, mas que não constavam da lei, caso do trabalho intermitente e do trabalho remoto. Espera-se que, com as novas regras, exista um equilíbrio mais sadio entre direitos e deveres. ■

Protestos durante a votação da reforma trabalhista na Câmara: a maior parte dos direitos foi preservada

Mas as regras excessivas e os múltiplos encargos representam hoje um custo muito elevado para os empregadores, o que provoca um efeito contrário: boa parte da mão de obra acaba trabalhando sem carteira assinada. Apesar da chibadeira dos sindicalistas, o Brasil ainda é um dos países que mais concedem benefícios aos trabalhadores (*veja o quadro abaixo*). A queixa dos sindicatos, porém, é reação ao fim de um privilégio. Acabará a contribuição sindical obrigatória, a principal fonte de receita da maioria dos 17.000 sindicatos do país.

Fontes: Organização Internacional do Trabalho (OIT) e consultoria JAY

13 DE MAIO, 2017 78

ANEXO III:

PÁGINA 1: A REFORMA TRABALHISTA NOS LEVA AO FUNDO DO POÇO
(CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 952 – O JUIZ REFÉM) [C1]



ideias em tempo real
QUINTA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 2017

CartaCapital / CARTAPLAY / Eventos / CartaEducação / #BLOGdoSÓCIO

Buscar no Site

#SEJA SÓCIO

Você está aqui: Página Inicial / Revista / O juiz refém / A reforma trabalhista nos leva ao fundo do poço

Economia

Legislação

A reforma trabalhista nos leva ao fundo do poço

por Luiz Gonzaga Belluzzo — publicado 24/05/2017 / 05h15, última modificação 23/05/2017 / 13h55

As mudanças da reforma trabalhista intensificarão a insegurança social e econômica

Compartilhar 6,3 m

Twitter

LinkedIn

1

Google+

Rogério Assaí / Otagiro



Pressões contínuas habituaram os trabalhadores à instabilidade no emprego e na vida

A vitória de Macron nas eleições presidenciais francesas foi saudada com gáudio pelos mercados financeiros. O presidente eleito promete uma política econômica de direita e uma política social de esquerda. No cardápio da política econômica "de direita", figura com sobrança a reforma trabalhista. O propósito de Macron é o mesmo alegado pelo patronato tupiniquim: modernizar as relações de trabalho para impulsionar a competitividade e fazer frente aos desafios da globalização.

Nos últimos 40 anos, as práticas financeiras e as inovações tecnológicas que sustentam a competitividade da grande empresa globalizada detonaram um terremoto nos mercados de trabalho. A migração das empresas para as regiões onde prevalece uma relação mais favorável entre produtividade e salários abriu caminho para a diminuição do poder dos sindicatos e do número de sindicalizados.

Leia também

Confira o destaque da edição 952 de CartaCapital

Entenda a reforma trabalhista

Luiz Gonzaga Belluzzo



Luiz Gonzaga Belluzzo é economista e professor, consultor editorial de CartaCapital.

Opinão
Peripécias do dinheiro

Opinão
O suicídio da ordem jurídica

Opinão
Esperando Hitler

Atividade econômica
Estado forte

Mercado financeiro
Os moralistas do câmbio

Opinão
Indústria avançada ou bananicultura?

Últimas

A venda do pré-sal, um desastre para o Brasil
10/11/2017

Dole mil e dezolito
09/11/2017

Delação, grande blefe
10/11/2017

Lançamento de satélite vai para o espaço; empresas não se interessaram
09/11/2017

O socialismo real substituído pelo capitalismo selvagem
09/11/2017

CARTA CartaPlay

YouTube

No Facebook



Bolsonaro é condenado a pagar 150 mil por declarações

PÁGINA 2: A REFORMA TRABALHISTA NOS LEVA AO FUNDO DO POÇO (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 952 – O JUIZ REFÉM) [C1]

Associados à robótica, à nanotecnologia e às tecnologias da informação, os mandos da financeirização e os mandonismos do "valor do acionista" desataram surtos intensos de reengenharia administrativa e de flexibilização das relações de trabalho. O desempenho empresarial tornou-se refém do "curto-prazismo" dos mercados financeiros e da redução de custos.

O crescimento dos trabalhadores em tempo parcial e a título precário, sobretudo nos serviços, foi espoliado pela destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria. O inchaço do subemprego e da precarização endureceu as condições de vida do trabalhador. A evolução do regime do "precarizado" constituiu relações de subordinação dos trabalhadores dos serviços, independentemente da qualificação, sob as práticas da flexibilidade do horário, que tornam o trabalhador permanentemente disponível.

Ex-secretário do Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich denunciou o rápido crescimento dos empregos precários no país das oportunidades: "Na nova economia 'compartilhada', 'do bico', ou 'irregular', o resultado é a incerteza a respeito dos rendimentos e horas de trabalho. Esta é a mudança mais importante na força de trabalho americana ao longo de um século e ocorre à velocidade da luz. Nos próximos cinco anos, mais de 40% da força de trabalho americana estará submetida a um emprego precário".



A financeirização e a robótica destruíram postos de trabalho qualificados na indústria, multiplicaram o subemprego e a precarização e endureceram as condições de vida de milhões que antes obtinham remuneração regular (Foto: Juca Varella/Fotos Públicas)

Já mencionei nesta coluna os livros *The Jobless Future*, de Stanley Aronowitz, e *The Precariat*, de Guy Standing.

Aronowitz estuda as transformações no mercado de trabalho e estabelece a distinção entre trabalho e emprego. O trabalho para os remanescentes torna-se mais duro e exigente e desaparecem os empregos seguros, de longo prazo. Estão em extinção os empregos que proporcionam aposentadorias e pensões, seguro-saúde e outros. Com esses "privilégios", vai de emburlo a esperança de uma remuneração mais generosa, à medida que o trabalhador avança na carreira.

Guy Standing faz uma distinção crucial entre a habitual insegurança dos assalariados e o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores. Standing afirma que a falta de segurança no trabalho sempre existiu. Mas não é a insegurança que define o precariado. "Os integrantes desse grupo estão sujeitos a pressões que os habituaram à instabilidade em seus empregos e suas vidas."

De forma ainda mais significativa, não possuem qualquer identidade ocupacional ou narrativa de desenvolvimento profissional. E, ao contrário do antigo proletariado, ou dos

Viva a Inteligência!

Candidatura não prevê Lula fora da disputa, diz Manuela D'Ávila

O governo quer acabar com a Caixa

Social Monitor

Mais lidas

Na Semana no Mês

1. Judith Butler é agredida ao embarcar no aeroporto de Congonhas
2. Comissão aprova projeto que restringe aborto até em caso de estupro
3. Lula abriu fogo
4. Judith Butler: "O staque ao gênero emerge do medo das mudanças"
5. Após comentário racista, Globo afasta William Waack

Newsletter

Novidades da CartaCapital no seu email

nome

e-mail

Assinar

PÁGINA 3: A REFORMA TRABALHISTA NOS LEVA AO FUNDO DO POÇO (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 952 – O JUIZ REFÉM) [C1]

Guy Standing faz uma distinção crucial entre a habitual insegurança dos assalariados e o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores. Standing afirma que a falta de segurança no trabalho sempre existiu. Mas não é a insegurança que define o precariado. "Os integrantes desse grupo estão sujeitos a pressões que os habituaram à instabilidade em seus empregos e suas vidas."

De forma ainda mais significativa, não possuem qualquer identidade ocupacional ou narrativa de desenvolvimento profissional. E, ao contrário do antigo proletariado, ou dos assalariados que estão acima no *ranking* socioeconômico, o precariado está sujeito à exploração e a diversas formas de opressão, por se encontrar fora do mercado de trabalho formalmente remunerado.

O que distingue o precariado é a sua trajetória de perda de direitos civis, culturais, políticos, sociais e econômicos. Não possuem os direitos integrais dos cidadãos que os cercam, estão reduzidos à condição de suplicantes, próximos da mendicância, dependentes das decisões de burocratas, instituições de caridade e outros que detêm o poder econômico.

O problema é, principalmente, o da insegurança na remuneração. Se houvesse políticas sensíveis para garanti-la, como por meio de uma renda mínima, poderíamos aceitar a insegurança no emprego. A insegurança ocupacional é de outra natureza, já que buscamos desenvolver uma identidade ocupacional, e muitos gostariam de fazer o mesmo.

O desemprego de longo prazo ampliou-se nos países centrais, sobretudo na Europa. Nos Estados Unidos, proliferou a precarização do emprego, fonte da queda de rendimentos dos 40% mais pobres e, portanto, do aumento da desigualdade.

Medidas como a *nova legislação das terceirizações no Brasil* intensificarão todas as formas de insegurança social e econômica. A essas forças negativas, os desvalidos da sociedade não podem responder com a demanda por ações compensatórias de outros tempos, porque nos mercados globalizados cresce a resistência dos poderosos e privilegiados à utilização de transferências fiscais e previdenciárias, aumentando ao mesmo tempo as restrições à capacidade impositiva do Estado. A globalização, ao tornar mais livre o espaço de circulação da riqueza e da renda dos grupos integrados e enriquecidos, desarticulou a velha base tributária das políticas do bem-estar, erigida na prevalência dos impostos diretos sobre a renda e a riqueza.

A ação do Estado, particularmente sua prerrogativa fiscal, vem sendo contestada pelo intenso processo de homogeneização ideológica de celebração do individualismo que se opõe a qualquer interferência no processo de diferenciação da riqueza, da renda e do consumo efetuado por meio do mercado capitalista. A ética da solidariedade é substituída pela ética da eficiência e, desta forma, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios regionais e assistência a grupos marginalizados têm encontrado forte resistência dentro das camadas "vencedoras e privilegiadas" das sociedades.

Não há dúvida de que o novo individualismo tem sua base social na grande classe média produzida pela longa prosperidade e pelos processos mais igualitários que prosperaram na era de predomínio do Estado do Bem-Estar. Hoje o novo individualismo encontra reforço e sustentação no aparecimento de milhões de "empreendedores" terceirizados e empobrecidos, criaturas das mudanças nos métodos de trabalho que precarizam e, ao mesmo tempo, escravizam.

Em entrevista amplamente divulgada, um conhecido *tycoon* da indústria brasileira defendeu a reforma trabalhista do "negociado acima do legislado". Em suas elucubrações, o empresário advogou a supressão do horário de almoço para os trabalhadores como fórmula eficaz para impulsionar a produtividade. A feliz criatura da livre negociação deve manejar a máquina com a mão direita enquanto saboreia um sanduiche (de mortadela?) com a esquerda. Haja modernidade.

PÁGINA 4: A REFORMA TRABALHISTA NOS LEVA AO FUNDO DO POÇO (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 952 – O JUIZ REFÉM) [C1]

Aparentemente, os brasileiros vivem uma situação histórica em que a "grande transformação" ocorre no sentido contrário ao previsto por Polanyi (1980): a economia trata de se libertar dos grilhões da sociedade. As reformas trabalhista e previdenciária sugerem que a sociedade está flertando com as faixinhas da economia do Mal-Estar.

A ação do Estado é vista como contraproducente pelos bem-sucedidos e integrados, mas como insuficiente pelos desmobilizados e desprotegidos. Estas duas percepções convergem na direção da "deslegitimação" do poder administrativo e na desvalorização da política.

registrado em: [Reforma Trabalhista](#) [Sensação](#) [Direitos Trabalhistas](#) [Precariado](#) [Luiz Gonzaga Belluzzo](#)

Recomendados para você



Quadrinha - Temer lidera quadrilha que roubou coração de Raquel Dodge



Neymar e a vitória do jogo conservador



Quadrinha - Temer institui operação "Lava-Mãos" e troca comando da PF



Quadrinha - Caetano canta Lobão para barrar censura por...



Quadrinha - Meirelles vai para Guinness com 210 milhões de...



"Brutal demais" para o Louvre, escultura vai para o Pompidou

Recomendado por: @Gulbrain

Mês da Consciência Negra.
Fortaleça quem
apoia essa luta.

Seja Sócio CartaCapital

assinecarta.com.br

CartaCapital



Edição Conhecimento
CartaCapital
As Empresas Mais Administadas no Brasil
Diálogos Capitalistas
Carta Educação
Expediente

Assinatura
Assine
Projeto Sócio CartaCapital
Central de Atendimento
Anúncio
Equipe Comercial

ANEXO IV

PÁGINA 1: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]



#carta

ideias em tempo real

SEXTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2017

CartaCapital / CARTAPLAY / Eventos / CartaEducação / #BLOGdoSÓCIO

Buscar no Site

#SEJA SÓCIO

Você está aqui: Página Inicial / Revista / A Casa-grande faz a festa / Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos

Política

Especial

Com Temer, a CLT é colocada a sete palmos

por Rodrigo Martins — publicado 16/11/2017 / 00h52, última modificação 14/11/2017 / 15h02

Para o deleite da casa-grande, o Congresso conclui o funeral da consolidação das leis do trabalho

Compartilhar 1,3 m Twitter LinkedIn 4 Google+ Share

Lula Mercos/Aglinda 171



O louável ato da resistência das senadoras da oposição só prolongou o velório

Último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888, o Brasil tardaria mais quatro décadas para reconhecer a necessidade de o Estado mediar as relações entre o capital e o trabalho livre. A Constituição Republicana de 1891 ignorou solenemente o tema.

Apenas com a reforma constitucional de 1926 abriu-se a possibilidade de o Congresso legislar sobre o trabalho. Essa abertura teve, porém, pouco resultado efetivo até a Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas.

Ao instituir o salário mínimo, regular a duração da jornada, assegurar descanso semanal remunerado e férias, além de oferecer planos de aposentadoria, Vargas ascendeu com a

Leia também

Pedro Serrano: "O prejuízo não é só de Lula, mas da sociedade"

Quadrineta - Programa "Mais escravos" é aprovado pelo governo Temer

Reforma trabalhista: salta como votaram os senadores no plenário

Últimas

A venda do pré-sal, um desastre para o Brasil
10/11/2017

Dois mil e dezotto
10/11/2017

Delação, grande blefe
10/11/2017

Lançamento de satélite vai para o espaço; empresas não se interessaram
09/11/2017

O socialismo real substituído pelo capitalismo selvagem
09/11/2017

CartaPlay

YouTube

No Facebook

Bolsonaro é condenado a pagar 150 mil por declarações homofóbicas

"Não é de bom tom que um magistrado brilhe mais que a causa julgada"

CPI aprova condução coercitiva de curador da Queermuseu e de coreógrafo

Social Monitor

Mais lidas

1. Lula abriu fogo

2. O enterro do pai de santo

3. Comissão aprova projeto que restringe aborto até em caso de estupro

4. Neymar e a vitória do jogo conservador

5. Judith Butler: "O ataque ao gênero emerge do medo das mudanças"

PÁGINA 2: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]

Ao instituir o salário mínimo, regular a duração da jornada, assegurar descanso semanal remunerado e férias, além de oferecer planos de aposentadoria, Vargas acenou com a promessa de inclusão das massas desdenhadas desde os tempos do Brasil Colônia.

Para ter acesso a esse conjunto de direitos, inicialmente restritos aos operários urbanos, bastava o brasileiro conquistar um emprego formal, com carteira assinada.

Influenciada pela encíclica católica Rerum Novarum, na qual o papa Leão XIII fala sobre as condições dos operários no fim do século XIX, e pela Carta del Lavoro, da Itália fascista, a **Consolidação das Leis do Trabalho**, decretada por Vargas em 1º de maio 1943, não permaneceu intocável. Mais de 50 leis, decretos e Medidas Provisórias alteraram o texto original ao longo de 74 anos. Mudanças pontuais, ora para ampliar direitos, ora para restringi-los.

Nada comparado ao desmonte promovido pela reforma de Temer e aprovada pelo Senado na terça-feira 11. As alterações em 117 artigos da CLT ferem de morte todo o arcabouço legal de proteção aos trabalhadores brasileiros.

Na prática, a nova legislação abre brechas para que os empregados formais sejam demitidos e recontratados como falsos trabalhadores autônomos ou falsas pessoas jurídicas, eximindo os tomadores de serviço do pagamento de direitos como férias e 13º salário, além de afastar a ameaça de processos na Justiça do Trabalho.

Um golpe de mestre, patrocinado pelas principais entidades empresariais do País, as mesmas que se recusaram a “pagar o pato” da crise.



O legado de Getúlio Vargas é descartado em prol de um projeto de precarização do trabalho (Foto: Reprodução)

O bravo ato de resistência de senadoras da oposição, em protesto por quase sete horas na mesa diretora do Senado, apenas prolongou o velório da CLT.

Na penumbra, após o presidente da Casa Legislativa, Eunício Oliveira, determinar que as luzes do plenário fossem apagadas, o grupo liderado pelas pevistas Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra

e Regina Souza, além de Vanessa Grazziotin, do PCdoB, e Lídice da Mata, do PSB, tentou, em vão, convencer a base governista a aprovar ao menos um destaque ao texto, contrário à proposta que abre a possibilidade de grávidas e lactantes trabalharem em ambientes insalubres.

Como a medida implicaria o retorno de toda a reforma à apreciação da Câmara, não houve acordo. Com a retomada da sessão, o texto-base restou aprovado por 50 votos favoráveis e 28 contrários.

O Senado abdicou de seu papel de Casa Revisora com base em uma promessa do governo de editar uma Medida Provisória para suprimir certos excessos do texto, entre eles a perigosa situação imposta às grávidas e lactantes.

Não tardou, porém, para o acordo se revelar uma fraude. Um dia após a aprovação da reforma trabalhista, com todos os destaques apresentados pela oposição rejeitados, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia**, demonstrou não estar disposto a concessões.

“Qualquer MP não será reconhecida pela Casa”, escreveu em seu perfil no Twitter. As aberrações são tantas que, praticamente, todas as entidades representativas do Ministério Público e da Magistratura Federal se mobilizaram contra a reforma de Temer.

gênero emerge do medo das mudanças”

5. Após comentário racista, Globo afasta William Waack

Newsletter

Novidades da CartaCapital no seu email

nome

e-mail **Assinar**

PÁGINA 3: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]

Não tardou, porém, para o acordo se revelar uma fraude. Um dia após a aprovação da reforma trabalhista, com todos os destaques apresentados pela oposição rejeitados, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia**, demonstrou não estar disposto a concessões.

"Qualquer MP não será reconhecida pela Casa", escreveu em seu perfil no Twitter. As aberrações são tantas que, praticamente, todas as entidades representativas do Ministério Público e da Magistratura Federal se mobilizaram contra a reforma de Temer.

Em nota pública, divulgada às vésperas do enterro da CLT no Congresso, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras organizações da sociedade civil, conclamaram os senadores a rejeitarem a "aprovação apodada de um projeto crivado de inconstitucionalidades e deflagrador de grave retrocesso social".

Para juizes e procuradores do Trabalho, boa parte das alterações na legislação é inconstitucional. Ao permitir a contratação de trabalhadores autônomos, mesmo que eles venham a prestar serviços com continuidade e exclusividade para uma única empresa, a nova legislação fomenta fraudes, alerta Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da ANPT.



O assalariado pagou o pato (Foto: Nelson Almeida/APP)

"O que caracteriza uma relação de emprego é a pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação. Se o autônomo atua com continuidade e exclusividade para uma única empresa, ele é um empregado. Deveria estar registrado, gozar dos mesmos direitos dos celetistas. No entanto, o autônomo assume todos os riscos e praticamente não possui direitos, como férias remuneradas, 13º salário, adicional por atividades perigosas ou insalubres, está completamente desprotegido."

Da mesma forma, acrescenta o procurador, as fraudes podem abundar com a constituição de microempresas de fachada, constituídas de trabalhadores que atuarão com exclusividade para um único tomador de serviços.

"O novo entendimento de terceirização pode gerar situações surreais, como a existência de fábricas sem um único operário contratado diretamente. Os serviços podem ser integralmente executados por falsas empresas, sem qualquer ônus trabalhista para o contratante", explica Costa. "Até mesmo o acesso à Justiça do Trabalho estaria bloqueado, pois, no papel, trata-se da relação entre duas pessoas jurídicas."

Não é tudo. A reforma de Temer também estabelece o contrato de trabalho intermitente, batizado pelos críticos de "legalização do bico". Com três dias de antecedência, o

PÁGINA 4: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]

empregado é convocado para trabalhar, momento no qual é informado da jornada a ser cumprida.

O funcionário pode aceitar ou não a proposta, e receberá apenas pelo período efetivamente trabalhado, que pode ser em horas, dias ou meses. O período de inatividade, no qual fica à disposição do contratante, é desconsiderado. Caso aceite o serviço e não compareça, ele ainda terá de pagar uma multa ao empregador, correspondente a 50% do valor da remuneração que lhe seria paga.

"O empregado não sabe o quanto vai trabalhar, em que dias e, portanto, o quanto receberá como salário. Essa insegurança agrava sua subordinação econômica e precariza suas condições de trabalho, repercutindo em todos os demais campos de sua vida social", assinala Patrícia Maeda, juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas), em artigo publicado no site Justificando, parceiro de **CartaCapital**. Ao cabo, esse funcionário nem sequer tem a garantia de que trabalhará o suficiente para amassar um salário mínimo ao longo do mês.

A prevalência das negociações coletivas sobre a legislação é outro ponto problemático. Hoje, o artigo 7º da Constituição só prevê a redução de direitos por convenção ou acordos coletivos em questões relacionadas a salário, jornada de trabalho e duração dos turnos ininterruptos de revezamento, caracterizados pela realização, de forma alternada, de atividades nos períodos diurno e noturno.



Eurildo Oliveira, o padrinho da contrametaforma (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr)

"Fora dessas situações, não é concebível que as negociações resultem em prejuízo ao trabalhador", observa Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra.

A reforma aprovada pelo Congresso abre, porém, a possibilidade de reduzir o intervalo intrajornada, o popular "horário do almoço", de uma hora para 30 minutos, de instituir

remuneração por produtividade, gorjetas e desempenho individual, de trocar o dia do feriado e de prorrogar a jornada em ambientes insalubres sem licença prévia do **Ministério do Trabalho**, entre outras.

"Agora, uma negociação pode alterar até o enquadramento do grau de insalubridade do ambiente de trabalho, ignorando as normas de segurança e os laudos periciais. Pior: o juiz trabalhista ficará restrito à análise dos aspectos formais do acordo, não pode se manifestar sobre o conteúdo, mesmo quando for flagrantemente ilegal".

A situação é especialmente delicada, devido à fragilidade da organização sindical no Brasil. Em recente entrevista à **CartaCapital**, Wagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores, observou que muitas empresas impedem os sindicatos de entrar no local de trabalho para conversar com os operários que representam.

"Como negociar quando não há respeito ao direito à associação?", indaga. Ademais, dos 17 mil sindicatos em atuação no Brasil, apenas metade deles celebrou, em algum momento, convenção ou acordo coletivo, emenda Feliciano, da Anamatra.

Talvez o maior exemplo da fragilidade sindical seja a baixíssima resistência dos trabalhadores ao desmonte da CLT. Após a megaparalisação nas principais capitais do País em 28 de abril, as centrais não conseguiram mais arregimentar tantos manifestantes nos atos que se sucederam.

PÁGINA 5: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]

"Como negociar quando não há respeito ao direito à associação?", indaga. Ademais, dos 17 mil sindicatos em atuação no Brasil, apenas metade deles celebrou, em algum momento, convenção ou acordo coletivo, emenda Feliciano, da Anamatra.

Talvez o maior exemplo da fragilidade sindical seja a baixíssima resistência dos trabalhadores ao desmonte da CLT. Após a megaparelização nas principais capitais do País em 28 de abril, as centrais não conseguiram mais arregimentar tantos manifestantes nos atos que se sucederam.

Em recente evento promovido na sede da CUT em São Paulo, uma liderança da Baixada Santista chegou a questionar, em voz alta: em abril, os trabalhadores

não saíram de casa por apoiar a greve ou porque os ônibus não saíram das garagens? Não bastasse, patrões e empregados poderão fazer acordos individuais sobre parcelamento de férias, compensação de banco de horas e jornada de trabalho.



Não precisa ser um vidente para adivinhar qual vontade deve prevalecer nas negociações. A

reforma também cria obstáculos para o acesso à Justiça do Trabalho.

Pelo visto, o Brasil quer entrar na competição com Bangladesh (Foto: ZumaPress/FotoArenas)

Mesmo quem tem direito ao benefício da gratuidade do acesso, por receber salário igual ou inferior a 2.212 reais (40% do limite máximo de benefícios do Regime Geral da Previdência Social), pode ter de arcar com os custos periciais, caso seja vencido no objeto da perícia. Da mesma forma, terá de pagar os honorários advocatícios, caso tenha algum pleito negado pelo juízo, ainda que parcialmente. "Mesmo que a reclamação tenha sido de boa-fé, o trabalhador terá de assumir esses custos, o que pode intimidá-lo de acionar a Justiça", diz Costa, da ANPT.

Outra aberração jurídica é a limitação pecuniária das indenizações por danos morais, baseadas no salário das vítimas, o que viola o princípio da isonomia. Para uma ofensa de natureza gravíssima, como um acidente que resulta na morte ou incapacidade do trabalhador, a reparação máxima é de 50 vezes o último salário contratual.

"Imagine que, por negligência da empresa, um elevador despenque e deixe todos os ocupantes tetraplégicos. Lá havia um diretor, que ganhava 20 mil reais por mês, um operário com remuneração de 1,2 mil e um visitante.

Pois bem, o diretor pode receber uma indenização de até 1 milhão de reais, o operário ganhará, no máximo, 60 mil e a outra vítima, que não integra o quadro de funcionários, não terá qualquer limite, pois seu caso será tratado na esfera do Direito Civil. Percebe o absurdo? A ofensa é a mesma, mas uma vida vale mais que a outra", exemplifica o juiz Feliciano, da Anamatra.

Os defensores da reforma sustentam que as mudanças são indispensáveis para combater o desemprego no Brasil, que já atinge 14 milhões de trabalhadores. Não há, porém, qualquer evidência científica de que a supressão de direitos possa resquecer o mercado de trabalho, alerta o economista José Dari Krein, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

"O que gera emprego é crescimento econômico. Se a demanda estiver aquecida, o empresário não hesitará em contratar mais funcionários para abastecer o mercado."

PÁGINA 6: COM TEMER, A CLT É COLOCADA A SETE PALMOS (CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 961 – A CASA-GRANDE FAZ A FESTA) [C2]



Imagem de uma greve de resultados efêmeros (Foto: Nelson Almeida/AFIP)

As pesquisas reforçam a análise do especialista. No relatório *World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs*, produzido pela Organização Internacional do Trabalho, foram analisadas estatísticas de 63 países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Com dados consolidados de um período de 20 anos, o estudo conclui que a diminuição na proteção dos trabalhadores não estimula a geração de empregos. Não custa lembrar que, em dezembro de 2014, a taxa de desemprego no Brasil caiu para 4,3% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a menor da série histórica iniciada em 2002. Aquela época, ninguém ousava dizer que a CLT representava um entrave à criação de postos de trabalho.

Para o economista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, é igualmente falacioso dizer que o empregado brasileiro é caro. "O custo do trabalho no Brasil até 2014 era 20% maior do que na China. Repetia-se o mantra de que era impossível competir com os chineses por causa disso.

A partir de 2016, a mão de obra na China passou a custar 16% mais do que aqui. Igualmente, até 2014, um trabalhador brasileiro custava um terço do equivalente nos EUA, atualmente vale 17%", resumiu, em recente entrevista a **CartaCapital**.

Krein observa, ainda, que a busca de competitividade no mercado globalizado pelo baixo custo da mão de obra é uma estratégia burra. "O Brasil jamais chegará ao patamar de Bangladesh, onde um operário custa 40 dólares mensais.

Antes disso, teríamos uma convulsão social", afirma. "Além disso, o salário não é só custo, também é renda. O rebaixamento da remuneração implica a retração do consumo doméstico."

registrado em: [Reforma Trabalhista](#) [CLT](#) [Rodrigo Maia](#) [Eunício Oliveira](#) [Geórgia Vargas](#) [Desemprego](#)

Recomendados para você



Leilão de satélite vai para o espaço; empresas não se interessaram

